Jales/SP, 2 de junho de 2025.

MENSAGEM Nº 045/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminhamos para Vossa Excelência e Nobres Pares dessa Colenda Casa de Leis, para apreciação, o Projeto de Lei Complementar em anexo, que implementa a Segregação da Massa para a Amortização do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS de Jales, como forma de Prospecção do Equilíbrio Financeiro e Atuarial e dá outras providências.

Destacamos que a Prefeitura Municipal de Jales, por meio da Secretaria Municipal da Fazenda, encaminhou ao Superintendente do Instituto Municipal de Previdência Social de Jales (IMPS) os estudos atuariais elaborados pela empresa Brasilis Consultoria Atuarial, contendo diversos cenários de equacionamento do déficit atuarial, com especial destaque para o Cenário IX - Segregação de Massa.

O referido encaminhamento, formalizado via ofício, teve como objetivo dar conhecimento e promover a apreciação dos estudos pelo Conselho Deliberativo do IMPS, conforme dispõe o Art. 59, inciso VII, da Portaria MTP nº 1.467/2022, que exige: "ter sido objeto de apreciação pelo conselho deliberativo do RPPS".

Destaca-se que essa apreciação possui natureza meramente formal, não se tratando de aprovação deliberativa vinculante. O ato soberano de instituição da segregação de massa se concretiza exclusivamente por meio de Projeto de Lei de iniciativa do Executivo Municipal, nos termos dos princípios que regem as normas de Direito Financeiro e Previdenciário.

Diante da ausência de resposta formal por parte do Instituto até o presente momento, e com o objetivo de manter a transparência, a Prefeitura decidiu realizar audiência pública em 2 de junho de 2025, com o propósito de apresentar os estudos ao público, ampliar o debate e reforçar o compromisso do Município com a busca de uma solução técnica e institucional para o equilíbrio financeiro do RPPS.

Importante destacar que a medida proposta é fruto de exigência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que, ao julgar as contas do Município referente ao Exercício de 2022, apontou de forma reiterada que: "o plano de equacionamento do déficit atuarial do regime não está compatível com a capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo" - (CRISTIANA DE CASTRO MORAES – Relatora – TC-003891.989.22-0).

Reforça-se, portanto, que a adoção da segregação de massa é ato técnico, legal, legítimo e necessário, com base na Portaria MTP nº 1.467/2022 e na legislação vigente, visando à adequação do RPPS às recomendações do TCE e à sustentabilidade financeira e atuarial do Município.

Desta forma, é que se pugna a Vossa Excelência e Nobres Pares, que após discussão, seja votado em **REGIME DE URGÊNCIA** o projeto de lei que aqui apresentados, com a

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

respectiva aprovação.

Sem mais para o momento reiteramos protestos de elevada estima e distinta consideração.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município de Jales

A Sua Excelência o Senhor
BRUNO HENRIQUE DE PAULA
Presidente da Câmara Municipal
Jales/SP

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 54/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Projeto de Lei Complementar nº , de 2 de junho de 2025.

Implementa a Segregação da Massa para a Amortização do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS de Jales, como forma de Prospecção do Equilíbrio Financeiro e Atuarial e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto Municipal de Previdência Social de Jales - IMPS, dar-se-á por meio da implementação da segregação da massa de seus segurados, na forma estabelecida nesta Lei Complementar, observados os parâmetros definidos em normas gerais expedidas pelo Ministério da Previdência Social.

Art. 2º A contar da data de vigência desta Lei Complementar os servidores ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao IMPS serão segregados em 2 (duas) massas, conforme segue:

I - Fundo em Repartição, que obedecerá ao regime financeiro de repartição simples e será formada:

a) pelos servidores aposentados em 31/12/2024 e seus respectivos dependentes, cujos benefícios tenham sido concedidos até 31 de dezembro de 2015;

b) pelos pensionistas em 31/12/2024, cujos benefícios tenham sido concedidos até 31 de dezembro de 2017;

c) pelos servidores ativos e seus respectivos dependentes que tenham ingressado no serviço público municipal até o dia 31 de dezembro de 2021.

II - Fundo em Capitalização, que obedecerá ao regime financeiro de capitalização e será formada:

a) pelos servidores aposentados em 31/12/2024 e seus respectivos dependentes, cujos benefícios tenham sido concedidos a partir de 01 de janeiro de 2016;

b) pelos pensionistas em 31/12/2024, cujos benefícios tenham sido concedidos a partir de 01 de janeiro de 2018;

c) pelos servidores ativos e seus respectivos dependentes quer tenham ingressado, ou venham a ingressar, no serviço público municipal a partir de 01 de janeiro de 2022.

Parágrafo único. As massas serão criadas segundo os critérios estabelecidos neste artigo, considerando a situação de cada segurado na data base do estudo atuarial que subsidiou a opção pela segregação da massa dos segurados do IMPS, ou seja, 31 de dezembro de 2024, sendo vedadas futuras transferências de segurados entre as massas, salvo mediante realização de novo estudo atuarial de Revisão da Segregação de Massas e aprovação em nova Lei, restando os segurados que vierem a se aposentar nas massas em que se encontram durante a atividade, bem como seus futuros pensionistas.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Art. 3º Ficam criados o Fundo em Repartição e o Fundo em Capitalização, enquadrando-se em unidades orçamentárias distintas, com a finalidade de administrar os recursos financeiros para custeio do regime de que trata esta Lei Complementar.

Art. 4º O Fundo em Repartição será formado para atender as despesas previdenciárias dos segurados referidos no inciso I do Art. 2º desta Lei Complementar e será composto de:

I - contribuições previdenciárias mensais, inclusive sobre o 13º salário, dos seus servidores ativos;

II - contribuições previdenciárias mensais inclusive sobre o 13º salário, dos seus servidores aposentados e dos seus pensionistas;

III - contribuições previdenciárias compulsórias do Município de Jales, Câmara Municipal, Autarquias e Fundações Públicas Municipais em relação aos respectivos servidores pertencentes ao Fundo em Repartição;

IV - receitas oriundas da compensação previdenciária obtidas, após a implantação desta Lei Complementar, por meio de convênios, ajustes ou congêneres celebrados com Entidades Públicas de previdência federal, distrital, estaduais, municipais ou com o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, em relação aos seus segurados;

V - recursos repassados pelo Município de Jales, Câmara Municipal, Autarquias e Fundações Públicas Municipais para cobertura de eventuais insuficiências financeiras deste plano;

VI - juros, atualização monetária e multas por mora no pagamento em atraso de quantias devidas ao IMPS, em relação aos seus segurados;

VIII - valor principal, juros, atualização monetária e multas provenientes dos acordos de confissão e parcelamento de débitos previdenciários celebrados com o IMPS de contribuições e aportes e outros valores de competência posterior à vigência desta Lei Complementar em virtude de débitos referentes à massa deste plano;

IX - contribuição de outros Entes da federação sobre a remuneração e 13º salário de servidores cedidos a esses Entes relativos aos seus segurados;

X - contribuição dos servidores em licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares nos termos da legislação local referente aos seus segurados;

XI - doações, legados, aportes e outras receitas eventuais vinculadas ao Fundo em Repartição.

XII - valor total do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores aposentados e pensionistas vinculados ao Fundo em Repartição.

Art. 5º O Fundo em Capitalização será formado para atender as despesas previdenciárias dos segurados referidos no inciso II do Art. 2º desta Lei Complementar e será composto de:

I - contribuições previdenciárias mensais, inclusive sobre o 13º salário, dos seus servidores ativos;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

II - contribuições previdenciárias mensais inclusive sobre o 13º salário, dos seus servidores aposentados e dos seus pensionistas;

III - contribuições previdenciárias compulsórias do Município de Jales, Câmara Municipal, Autarquias e Fundações Públicas Municipais em relação aos respectivos servidores pertencentes ao Fundo em Capitalização;

IV - receitas oriundas da compensação previdenciária obtidas, após a implantação desta Lei Complementar, por meio de convênios, ajustes ou congêneres celebrados com Entidades Públicas de previdência federal, distrital, estaduais, municipais ou com o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, em relação aos seus segurados;

V - aportes e contribuições suplementares para financiamento ou amortização de déficit técnico apurado atuarialmente, conforme Portaria MTP nº 1.467/22 ou outro instrumento legal que vier alterá-la ou substituí-la;

VI - juros, atualização monetária e multas por mora no pagamento em atraso de quantias devidas ao IMPS, em relação aos seus segurados;

VIII - valor principal, juros, atualização monetária e multas provenientes dos acordos de confissão e parcelamento de débitos previdenciários celebrados com o IMPS de contribuições e aportes e outros valores de competência posterior à vigência desta Lei Complementar em virtude de débitos referentes à massa deste plano;

IX - contribuição de outros Entes da federação sobre a remuneração e 13º salário de servidores cedidos a esses Entes relativos aos seus segurados;

X - contribuição dos servidores em licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares nos termos da legislação local referente aos seus segurados;

XI - valor principal, juros, atualização monetária e multas provenientes dos acordos de confissão e parcelamento de débitos previdenciários celebrados com IMPS e das contribuições não repassadas de competências anteriores à entrada em vigor desta Lei Complementar.

XII - valor total do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores aposentados e pensionistas vinculados ao Fundo em Capitalização.

Art. 6º Todos os recursos acumulados a partir da entrada em vigor desta Lei Complementar, em razão do Art. 4º, serão destinados exclusivamente para pagamento dos benefícios da massa vinculada ao Fundo em Repartição e para o custeio da taxa de administração do IMPS proporcional do Fundo em Repartição.

Art. 7º Todos os recursos acumulados a partir da entrada em vigor desta Lei Complementar, em razão do Art. 5º, serão destinados exclusivamente para pagamento dos benefícios da massa vinculada ao Fundo em Capitalização, e para o custeio da taxa de administração proporcional do Fundo em Capitalização.

Art. 8º Os recursos acumulados anteriormente à entrada em vigor desta Lei Complementar, compreendendo os ativos financeiros, compensação previdenciária e outras receitas serão destinadas exclusivamente para pagamento dos benefícios da massa vinculada ao

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Fundo em Capitalização.

Art. 9º Fica vedada qualquer espécie de transferência de segurados, recursos ou obrigações entre o Fundo em Repartição e o Fundo em Capitalização, bem como a previsão ou destinação de recursos de um plano para o financiamento dos benefícios do outro, salvo, com prévia aprovação do Ministério da Previdência Social, ou outro órgão que vier a substituí-lo.

Art. 10. Os Fundos criados para suportar a segregação de massas, nos termos desta Lei Complementar, terão seus recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais registrados e contabilizados separadamente pelo IMPS.

Art. 11. Compete ao IMPS, até o prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei Complementar, observadas as disposições do Ministério da Previdência Social e do Conselho Monetário Nacional, ou outros órgãos que vierem a substituí-los:

I - implantar controle distinto de contas bancárias e dos investimentos por plano, com o fim específico de recebimento das contribuições previdenciárias dos servidores e aposentados, dos pensionistas, das cotas patronais, dos repasses de parcelamentos, dos valores correspondentes à cobertura de insuficiências financeiras, do custeio administrativo e demais recursos;

II - estabelecer a adequação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações, por plano.

Art. 12. A insuficiência financeira dos Fundos em Repartição e em Capitalização criados por esta Lei Complementar será o resultado da diferença entre o ativo do plano, recursos previstos nesta Lei Complementar arrecadados e as respectivas despesas com pagamento de benefícios previdenciários.

§ 1º Ocorrendo insuficiência financeira no Fundo em Repartição, a responsabilidade pela sua cobertura será do órgão cuja insuficiência ocorrer.

§ 2º Para os fins do parágrafo antecedente, entende-se por Órgão o Município de Jales, Câmara Municipal e as Autarquias.

§ 3º No Fundo em Repartição, após utilizados os superávits financeiros dos órgãos superavitários, a insuficiência financeira que ainda permanecer, será coberta por cada órgão deficitário, na proporção que cada órgão contribui com a insuficiência financeira total, apurada anteriormente ao abatimento gerado pelos órgãos superavitários.

§ 4º Ocorrendo insuficiência financeira no Fundo em Capitalização, a responsabilidade pela sua cobertura será de todos os órgãos proporcionalmente ao valor folha de contribuição previdenciária dos servidores ativos de cada órgão.

§ 5º A insuficiência financeira decorrente da aplicação desta Lei Complementar, em cada exercício, será incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, observadas as projeções da reavaliação atuarial anual mais recente.

§ 6º Os pagamentos de valores referentes a decisões judiciais transitadas em julgado a partir da vigência desta Lei Complementar, originárias dos segurados enquadrados no Fundo em Repartição, serão suportados integralmente com recursos financeiros do Município de Jales,

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Câmara Municipal e Autarquias relativas aos segurados de cada órgão.

Art. 13. As reavaliações atuariais anuais deverão apurar, separadamente:

I - para o Fundo em Repartição: o resultado atuarial e as projeções atuariais de receitas e despesas;

II - para o Fundo em Capitalização: o resultado atuarial, o plano de custeio necessário e as projeções atuariais de receitas e despesas.

Art. 14. Os repasses das contribuições devidas ao IMPS deverão ser separados por massa de segurados, feitos em documentos próprios, contendo as seguintes informações:

I - identificação do responsável pelo recolhimento, competência a que se refere, base de cálculo da contribuição recolhida, contribuição dos segurados, separados e discriminados por massa, contribuição da entidade, deduções de benefícios pagos diretamente e, se repassadas em atraso, os acréscimos legais;

II - comprovação do pagamento das contribuições, por meio de boleto bancário autenticado, ou por meio recibo ou por meio de depósito ou recibo do IMPS.

§ 1º Em caso de parcelamento de débitos previdenciários deverá ser utilizado documento distinto para o recolhimento, identificando o termo de acordo, o número da parcela e a data de vencimento.

§ 2º Outros repasses efetuados ao IMPS, inclusive aportes ou contribuições suplementares para cobertura de insuficiência financeira, também deverão ser efetuados em documentos distintos.

Art. 15. A execução dos Arts. 4º ao 10 e 12 ao 14 é obrigatória a partir do final do prazo de implementação previsto no Art. 11.

Art. 16. O Parágrafo único do Art. 1º da Lei Complementar nº 327, de 25 de junho de 2020, passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único. A contribuição previdenciária prevista neste artigo fica estendida sobre as parcelas dos proventos de aposentadoria e pensão que superem a três vezes o valor do salário mínimo nacional.

Art. 17. Revogam-se os §§ 2º e 3º do Art. 1º e o Art. 2º da Lei Complementar nº 392, de 17 de maio de 2023, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2025.

Art. 18. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos em relação ao disposto no Art. 16 no primeiro dia do quarto mês subsequente ao da data de sua publicação.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Jales, 20 de maio de 2025.

OFÍCIO Nº 211/2025 – SMF

Ao
Instituto Municipal de Previdência Social de Jales
A/C do Senhor Superintendente

Assunto: Resposta ao Ofício nº 096/2.025 – Instituto Municipal de Previdência Social de Jales

Prezados,

Em atenção ao Ofício nº 096/2.025, encaminhado por este respeitável Instituto, cumpre-nos, primeiramente, manifestar nossos sinceros agradecimentos pela constante e diligente atuação dessa Superintendência na busca por soluções que visem o equacionamento do déficit previdenciário acumulado ao longo do tempo.

No tocante à motivação da inadimplência mencionada, esclarecemos que a situação atual decorre, em grande parte, do modelo de política de aportes historicamente adotado, o qual, embora tenha seguido parâmetros então vigentes, revelou-se, com o passar dos anos, insuficiente para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto.

Destacamos que o relatório elaborado pelo profissional atuário, já devidamente encaminhado a este Instituto, aponta com clareza o caminho mais adequado para a superação do cenário de desequilíbrio. Confiamos que, com a reconhecida competência técnica dessa Superintendência, o documento será analisado com a celeridade que o tema exige, possibilitando o pronto encaminhamento do respectivo projeto de lei, fundamental para a adoção das medidas corretivas necessárias.

Reiteramos nosso compromisso com a regularização das pendências apontadas, dentro dos limites legais e financeiros do Município, e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos ou reuniões técnicas que se façam necessárias para o acompanhamento conjunto das providências adotadas.

Atenciosamente,

Marcelo Silva Souza
Secretário Municipal de Fazenda

Judson
20/05/25

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Ofício n.º 187/2025

Protocolo Geral
Processo: **8982 / 2025 - GER**
Data / Hora: **16/05/2025 09:44:47h**
Requerente: **MARCELO SILVA SOUZA**
INFORMACAO - ENCAMINHAMENTO ESTUDOS AUTORAIS DELIBERACAO DO IMPS

Dep: IMPS

Jales, 15 de maio de 2025.

À Senhor Claudir Balestreiro

Superintendente do Instituto Municipal de Previdência Social de Jales (IMPS) Jales/SP

Assunto: Encaminhamento de estudos atuariais para deliberação do Conselho Deliberativo do IMPS.

Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos para apreciação de Vossa Senhoria e deliberação do Conselho Deliberativo deste Instituto Municipal de Previdência Social, os estudos atuariais elaborados pelo atuário Thiago Fernandes, Diretor Técnico da empresa Brasilis Consultoria Atuarial, que apresenta diversos cenários de planos de custeio para o equacionamento do déficit atuarial do Instituto Municipal de Previdência Social de Jales (IMPS), conforme a Avaliação Atuarial 2025, com base em 31 de dezembro de 2024 (documento anexo).

Cumpre trazer à baila que, os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) são mecanismos criados para assegurar a aposentadoria e os benefícios previdenciários dos servidores públicos. Instituídos no Brasil a partir da Constituição de 1988 e regulamentados pela Lei Federal nº 9.717/98, os RPPS surgiram como alternativa para oferecer estabilidade previdenciária aos servidores municipais, estaduais e federais.

No entanto, ao longo dos anos, a falta de planejamento e de reformas estruturais adequadas resultaram em déficits financeiros significativos em muitos municípios, incluindo Jales.

Destaco, igualmente que, em âmbito nacional, muitos dos RPPS enfrenta sérias dificuldades financeiras. Os debates públicos sobre o tema apontam que a ausência de medidas de segregação de massa e políticas previdenciárias inadequadas contribuíram para o acúmulo de déficits nos RPPS.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

A segregação de massa é um mecanismo previsto pela Portaria MPS nº 402/2008 e reforçado pela Portaria MTP nº 1.467/2022. Essa técnica permite a separação dos segurados em dois grupos: o plano financeiro (para os atuais aposentados e pensionistas) e o plano previdenciário (para os servidores em atividade). Essa medida visa evitar o impacto dos déficits atuais sobre os novos servidores, garantindo sustentabilidade a longo prazo.

Ademais, a Constituição Federal, em seu artigo 40, §20, prevê a responsabilidade dos entes federativos em garantir o equilíbrio financeiro e atuarial dos seus regimes próprios. Portanto, a adoção de um modelo de segregação de massa encontra amparo legal e representa um alinhamento às exigências constitucionais, pois um gestor municipal não pode ficar exclusivamente focado em aportes financeiros a um RPPS, como autoridade máxima de um município o caminho é sempre buscam soluções que não afetem a realizam de politicas públicas e que não comprometa o orçamento anual de um município.

Os estudos elaborados pelo atuário Thiago Fernandes apresentam nove cenários distintos, entre os quais o **Cenário IX – Segregação de Massa** se mostra o mais eficiente e sustentável. Esse modelo possibilita o equacionamento do déficit atuarial ao longo do tempo, liberando parte significativa do orçamento municipal para investimentos prioritários.

Aqui é necessário fazermos uma ressalva, com o devido respeito às gestões anteriores, é necessário reconhecer que a ausência de políticas previdenciárias estruturantes, como a segregação de massa, aumento o aporte financeiro sem o devido debate de outras medidas. Durante anos, aportes volumosos foram direcionados ao Instituto sem uma estratégia técnica de mitigação do déficit atuarial, acumulando passivos e limitando a capacidade orçamentária do município.

Estudos gerais demonstram que, quando adotada de maneira planejada e técnica, a segregação de massa proporciona um alívio financeiro significativo para os cofres públicos. A falta dessa medida em Jales representou uma perda de oportunidade para um reequilíbrio sustentável das contas públicas, algo que hoje poderia ter reduzido o percentual de comprometimento do orçamento municipal, atualmente em torno de 10% só de aporte ao RPPS.

Portanto, ao analisar os cenários apresentados, é evidente que a implementação da segregação de massa deveria ter sido realizada em anos anteriores, o que teria evitado o agravamento do déficit e proporcionado um planejamento fiscal mais eficiente e sustentável.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Entendemos que o Cenário IX – conforme apresentado no estudo atuarial, propõe a implementação de um modelo híbrido, estruturado em dois componentes principais: o Fundo de Capitalização e o Fundo de Repartição. Essa abordagem visa garantir maior sustentabilidade financeira ao Instituto Municipal de Previdência Social de Jales (IMPS), possibilitando um reequilíbrio atuarial eficaz e um planejamento de longo prazo para o custeio dos benefícios previdenciários.

O **Fundo de Capitalização** é composto pelas contribuições dos servidores em atividade, sendo os valores acumulados aplicados em investimentos de longo prazo. Esse modelo permite que os recursos gerem rendimentos ao longo dos anos, garantindo que o montante necessário para o pagamento das futuras aposentadorias esteja devidamente provisionado. Neste cenário, o Fundo de Capitalização apresentou um superávit de R$ 6.063.736,50, evidenciando um resultado positivo que contribui diretamente para a redução do déficit atuarial identificado nos estudos. Por sua vez, o **Fundo de Repartição** é responsável pelo pagamento dos benefícios dos atuais aposentados e pensionistas, utilizando-se das contribuições correntes dos servidores ativos e do ente municipal. Esse modelo é essencial para garantir o cumprimento das obrigações presentes do IMPS, mantendo a regularidade dos pagamentos e assegurando a proteção social dos beneficiários.

A combinação desses dois fundos permite um modelo de gestão mais equilibrado, onde as futuras obrigações previdenciárias estão parcialmente cobertas pelo regime de capitalização, enquanto os compromissos atuais são suportados pelo regime de repartição. Essa estrutura reduz a necessidade de aportes emergenciais e proporciona uma segurança financeira mais robusta para o Instituto.

Diante dos resultados expressivos apresentados pelo Fundo de Capitalização no Cenário IX, recomendamos que Vossa Senhoria estude detalhadamente este cenário, em conjunto com o Conselho Deliberativo do IMPS, para avaliar a viabilidade de sua implementação como solução para o déficit atuarial. A implementação deste modelo híbrido pode representar um marco no equilíbrio fiscal do Município de Jales, trazendo benefícios a longo prazo e fortalecendo a capacidade de investimento em políticas públicas.

Ainda, destaco oportunamente que, a atual gestão do Município de Jales, em conjunto com o IMPS, tem demonstrado empenho e responsabilidade fiscal ao buscar alternativas viáveis para o equacionamento do déficit atuarial. A cooperação técnica estabelecida com o atuário Thiago Fernandes reflete o compromisso da administração pública em corrigir os problemas históricos e construir um modelo sustentável para o futuro.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Além disso, a abertura ao diálogo, a busca por soluções inovadoras e o esforço para promover mudanças estruturais demonstram a seriedade com que a gestão atual trata o tema previdenciário. A proposta de implementação da segregação de massa é uma prova concreta desse comprometimento, visando não apenas o equilíbrio financeiro, mas também a recuperação da capacidade de investimento do município.

A situação dos aportes financeiros destinados ao Instituto Municipal de Previdência Social de Jales (IMPS), que hoje consomem aproximadamente 10% do orçamento municipal, é reflexo de uma política previdenciária que, embora essencial para garantir a seguridade dos servidores, acaba por comprometer a capacidade de investimento em áreas igualmente prioritárias, como saúde, educação e infraestrutura. Esse cenário evidencia a necessidade de um reequilíbrio das contas públicas, em estrita observância aos princípios constitucionais e direito financeiro.

A Constituição Federal determina que o orçamento público deve primar pela universalidade e pela alocação equilibrada dos recursos públicos, priorizando o atendimento das necessidades essenciais da população, especialmente os mais vulneráveis. O artigo 3º da Constituição reforça que a República Federativa do Brasil tem como objetivo fundamental a construção de uma sociedade justa e solidária, o que demanda políticas públicas equilibradas e inclusivas.

Sob o prisma do Direito Financeiro, o princípio da universalidade orçamentária impõe ao gestor público o dever de assegurar que os recursos do erário não sejam concentrados em uma única finalidade, em detrimento de outras áreas essenciais. Assim, o aporte previdenciário elevado, sem a devida correção estrutural, configura um obstáculo para a promoção de políticas públicas mais amplas e integradas, necessárias ao desenvolvimento do município e à garantia dos direitos sociais.

Dessa forma, a implementação da Segregação de Massa, conforme avaliado no estudo atuarial apresentado, surge não apenas como uma solução técnica para o déficit previdenciário, mas também como um imperativo constitucional e financeiro para assegurar o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das finalidades sociais do Município de Jales.

Esse modelo já se demonstrou eficaz em diversos municípios, proporcionando alívio fiscal e permitindo que os recursos públicos sejam direcionados para áreas estratégicas e de alta relevância social.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Diante do exposto, encaminhamos o presente estudo para análise e deliberação do Conselho Deliberativo do IMPS. Reafirmamos o compromisso com o diálogo aberto e técnico, destacando a importância da cooperação que Vossa Senhoria tem demonstrado ao longo das tratativas.

Nos colocamos à disposição para agendar uma reunião técnica, juntamente com o atuário Thiago Fernandes, para exposição detalhada dos estudos, dirimindo eventuais dúvidas e esclarecendo os impactos financeiros e sociais dessa medida.

Atenciosamente,

Luis Henrique dos Santos Moreira

Prefeito do Município de Jales

Marcelo Silva Souza

Secretário Municipal de Fazenda

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

BRASILIS CONSULTORIA

Belo Horizonte, 11 de maio de 2025

Ao Município de Jales

Assunto: Cenários para Equacionamento do Déficit Atuarial do IMPS

Ref.: Avaliação Atuarial 2025 – base 31/12/2024

Considerando os parâmetros da legislação que regulamenta o Instituto Municipal de Previdência Social de Jales - IMPS, apresentamos cenários de plano de custeio que promovam o Equilíbrio Financeiro e Atuarial do RPPS, seguindo os resultados da Avaliação Atuarial exercício de 2025, base 31/12/2024.

I. SITUAÇÃO VIGENTE

A tabela a seguir apresenta a distribuição do quantitativo de participantes ativos, aposentados e pensionistas, as folhas mensais de remuneração e benefícios e a remuneração média, respectivamente, relativo a base de dados utilizada para este estudo, posicionada em 31/12/2024.

Tabela 1 - Distribuição dos participantes

Discriminação	Folha mensal	Quantidade	Remun. Média	Idade média
Ativos	R$ 5.148.126,33	1.258	R$ 4.092,31	44
Aposentados	R$ 2.244.233,58	484	R$ 4.636,85	70
Pensionistas	R$ 461.599,18	151	R$ 3.056,95	69
Total	**R$ 7.853.959,09**	**1.893**	**R$ 4.148,95**	**53**

As tabelas a seguir apresentam as bases cálculo das contribuições e a receita mensal de contribuição para o Ente e participantes, bem como mostram o resultado financeiro do RPPS.

Tabela 2 - Bases de cálculo e receitas de contribuição

DISCRIMINAÇÃO	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA BASE DE CÁLCULO	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	RECEITA
Ativos	Folha de salários	R$ 5.148.126,33	14,00%	R$ 720.737,69
Aposentados	excedente ao teto do INSS	R$ 328.031,92	14,00%	R$ 45.924,47
Pensionistas	excedente ao teto do INSS	R$ 14.061,79	14,00%	R$ 1.968,65
Ente – CN	Folha de salários	R$ 5.148.126,33	20,50%	R$ 1.055.365,90
Ente – CS*	Folha de salários	---	---	R$ 1.188.260,83
Ente Federativo	Parcelamentos	---	---	R$ 1.266.662,33
Total				**R$ 4.278.919,86**

(*) Correspondente a 1/12 avos do valor do aporte anual para o ano de 2024.

BRASILIS CONSULTORIA ATUARIAL
Telefax: (31) 3466-3552 – site: www.gruportmbrasilis.com.br

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Tabela 3 - Resultado Financeiro do RPPS

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL
Receita Total (Contribuição)	R$ 4.278.919,86
Despesa Total (despesas previdenciárias)	R$ 2.834.535,92
Resultado (receitas - despesas)	**R$ 1.444.383,94**
Resultado sobre folha salarial	28,06%
Resultado sobre arrecadação	33,76%

A tabela seguinte apresenta as Reservas Matemáticas calculadas, o patrimônio constituído pelo RPPS e a situação na qual se encontra o sistema previdenciário em questão (deficit, equilíbrio ou superavit).

Tabela 4 - Reservas Matemáticas e Saldo do Sistema – Avaliação Atuarial 2025

DISCRIMINAÇÃO	VALORES
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados)	R$ (323.755.051,64)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentados)	R$ 6.854.526,52
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (pensionistas)	R$ (58.145.747,30)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (pensionistas)	R$ 285.342,34
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BC)	R$ 17.656.026,18
RESERVA MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (RMBC)	**R$ (357.104.903,90)**
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	R$ (318.262.858,84)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras	R$ 173.565.534,19
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BAC)	R$ 15.913.142,94
RESERVA MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (RMBAC)	**R$ (128.784.181,71)**
(-) Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	R$ (357.104.903,90)
(-) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	R$ (128.784.181,71)
RESERVAS MATEMÁTICAS (RMBAC + RMBC)	**R$ (485.889.085,61)**
(+) Ativos Financeiros	R$ 84.960.588,71
(+) Saldo Devedor dos Acordos de Parcelamento	R$ 39.184.025,30
DEFICIT ATUARIAL	**R$ (361.744.471,60)**

Considerando o Plano de Custeio vigente, observa-se que as Provisões Matemáticas equivalem R$ 485.889.085,61. Como o Ativo Total corresponde a R$ 124.144.614,01, o plano apresentou um Resultado Técnico Atuarial Deficitário de R$ 361.744.471,60.

O Município de Jales, através da Lei Complementar nº 392, de 17/05/2023, instituiu um Plano de Amortização por aportes para o equacionamento do Déficit Técnico do Plano. Como o montante correspondente ao Valor Presente dos aportes futuros deste Plano de Amortização é

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

superior às Provisões a Amortizar, **o plano de aporte suplementar poderá ser mantido**, conforme a tabela a seguir:

Tabela 5 - Financiamento do Déficit Técnico Atuarial por aporte suplementar

ANO	DÉFICIT ATUARIAL INICIAL (R$)	APORTE ANUAL (R$)	DÉFICIT ATUARIAL FINAL (R$)
2025	361.744.471,60	20.319.387,43	359.584.656,64
2026	359.584.656,64	20.699.704,75	356.936.101,66
2027	356.936.101,66	22.036.793,79	352.817.500,17
2028	352.817.500,17	23.398.554,63	347.130.384,05
2029	347.130.384,05	24.785.347,02	339.770.982,31
2030	339.770.982,31	25.673.794,13	331.153.691,49
2031	331.153.691,49	25.930.532,08	321.847.074,72
2032	321.847.074,72	26.189.837,40	311.813.960,47
2033	311.813.960,47	26.451.735,77	301.015.285,52
2034	301.015.285,52	26.716.253,13	289.409.999,72
2035	289.409.999,72	26.983.415,66	276.954.966,05
2036	276.954.966,05	27.253.249,82	263.604.855,53
2037	263.604.855,53	27.525.782,31	249.312.036,96
2038	249.312.036,96	27.801.040,14	234.026.461,08
2039	234.026.461,08	28.079.050,54	217.695.538,88
2040	217.695.538,88	28.359.841,04	200.264.013,90
2041	200.264.013,90	28.643.439,45	181.673.827,94
2042	181.673.827,94	28.929.873,85	161.863.980,26
2043	161.863.980,26	29.219.172,59	140.770.379,48
2044	140.770.379,48	29.511.364,31	118.325.688,22
2045	118.325.688,22	29.806.477,96	94.459.159,80
2046	94.459.159,80	30.104.542,74	69.096.466,89
2047	69.096.466,89	30.405.588,16	42.159.521,36
2048	42.159.521,36	30.709.644,04	13.566.285,30
2049	13.566.285,30	31.016.740,49	0,00
2050	0,00	31.326.907,89	0,00
2051	0,00	31.640.176,97	0,00
2052	0,00	31.956.578,74	0,00
2053	0,00	32.276.144,53	0,00
2054	0,00	32.598.905,97	0,00

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

a. Cenário I - Revisão do Plano de Custeio Suplementar – Portaria MPS 861/2023

Conforme demonstrado anteriormente, o Plano de Amortização instituído pela Lei Complementar nº 392, de 17/05/2023, equacionará o déficit atuarial do IMPS cerca de 6 anos antes do prazo previsto.

A Portaria/MTP nº 1.467/2022, estabeleceu que os entes federativos que promoverem a alteração das regras de elegibilidade aos benefícios de aposentadoria e pensão, o plano de amortização do deficit atuarial poderá prever alíquotas e/ou aportes até 2065. Assim, apresentamos a seguir modelagem de equacionamento do Déficit Atuarial com vigência até 2065, considerando a amortização com aportes constantes.

Tabela 6 - Financiamento do Déficit Técnico Atuarial – Cenário I

ANO	DÉFICIT ATUARIAL INICIAL (R$)	APORTES (R$)	DÉFICIT ATUARIAL FINAL (R$)
2025	361.744.471,60	**20.975.037,78**	358.929.006,29
2026	358.929.006,29	**20.975.037,78**	355.972.204,63
2027	355.972.204,63	**20.975.037,78**	352.866.971,52
2028	352.866.971,52	**20.975.037,78**	349.605.855,71
2029	349.605.855,71	**20.975.037,78**	346.181.031,89
2030	346.181.031,89	**20.975.037,78**	342.584.281,91
2031	342.584.281,91	**20.975.037,78**	338.806.975,08
2032	338.806.975,08	**20.975.037,78**	334.840.047,45
2033	334.840.047,45	**20.975.037,78**	330.673.980,05
2034	330.673.980,05	**20.975.037,78**	326.298.776,07
2035	326.298.776,07	**20.975.037,78**	321.703.936,85
2036	321.703.936,85	**20.975.037,78**	316.878.436,70
2037	316.878.436,70	**20.975.037,78**	311.810.696,44
2038	311.810.696,44	**20.975.037,78**	306.488.555,63
2039	306.488.555,63	**20.975.037,78**	300.899.243,34
2040	300.899.243,34	**20.975.037,78**	295.029.347,57
2041	295.029.347,57	**20.975.037,78**	288.864.783,04
2042	288.864.783,04	**20.975.037,78**	282.390.757,37
2043	282.390.757,37	**20.975.037,78**	275.591.735,61
2044	275.591.735,61	**20.975.037,78**	268.451.402,96
2045	268.451.402,96	**20.975.037,78**	260.952.625,61
2046	260.952.625,61	**20.975.037,78**	253.077.409,63
2047	253.077.409,63	**20.975.037,78**	244.806.857,82
2048	244.806.857,82	**20.975.037,78**	236.121.124,30
2049	236.121.124,30	**20.975.037,78**	226.999.366,96
2050	226.999.366,96	**20.975.037,78**	217.419.697,40
2051	217.419.697,40	**20.975.037,78**	207.359.128,43

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

ANO	DÉFICIT ATUARIAL INICIAL (R$)	APORTES (R$)	DÉFICIT ATUARIAL FINAL (R$)
2052	207.359.128,43	**20.975.037,78**	196.793.518,90
2053	196.793.518,90	**20.975.037,78**	185.697.515,76
2054	185.697.515,76	**20.975.037,78**	174.044.493,28
2055	174.044.493,28	**20.975.037,78**	161.806.489,06
2056	161.806.489,06	**20.975.037,78**	148.954.137,03
2057	148.954.137,03	**20.975.037,78**	135.456.596,93
2058	135.456.596,93	**20.975.037,78**	121.281.480,31
2059	121.281.480,31	**20.975.037,78**	106.394.772,84
2060	106.394.772,84	**20.975.037,78**	90.760.752,66
2061	90.760.752,66	**20.975.037,78**	74.341.904,66
2062	74.341.904,66	**20.975.037,78**	57.098.830,50
2063	57.098.830,50	**20.975.037,78**	38.990.154,01
2064	38.990.154,01	**20.975.037,78**	19.972.421,96
2065	19.972.421,96	**20.975.037,78**	0,00

b. Cenário II - Revisão do Plano de Custeio Suplementar – Portaria MPS 861/2023

Conforme disposto no Art. 55 da Portaria MTP nº 1.467/2022, no caso de a Avaliação Atuarial apurar déficit atuarial, o Ente Federativo deverá adotar medidas para o seu equacionamento que poderá, entre outras, consistir em plano de amortização com contribuições suplementares, na forma de alíquotas ou aportes mensais com valores preestabelecidos.

Para definição da contribuição suplementar, restou definido pela Portaria MTP nº 1.467/2022 que o montante de contribuição em cada exercício, na forma de alíquotas ou aportes, deverá superior ao montante anual de juros do saldo do déficit atuarial do respectivo exercício.

Já a Portaria MPS nº 861, de 06 de dezembro de 2023, possibilitou a adequação da contribuição suplementar aos juros do déficit atuarial de forma gradual, com a observância de proporções mínimas a partir do exercício de 2024. Para os entes federativos que implementaram a reforma da previdência poderá ser adotado a seguinte regra:

a) nos exercícios de 2023, 2024 e 2025, à razão de um terço do necessário;

b) no exercício de 2026, cinquenta por cento do necessário;

c) no exercício de 2027, setenta e cinco por cento do necessário; e

d) a partir do exercício de 2028, cem por cento do necessário; e

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Desta forma, considerando os dispositivos da Portaria MPS nº 861/2023, o plano de custeio suplementar poderá ser revisado com a adoção do seguinte modelo:

Tabela 7 - Financiamento do Déficit Técnico Atuarial – Cenário II

ANO	DÉFICIT ATUARIAL INICIAL (R$)	APORTES (R$)	DÉFICIT ATUARIAL FINAL (R$)
2025	361.744.471,60	**6.274.112,05**	373.629.932,02
2026	373.629.932,02	**9.380.317,67**	383.005.836,94
2027	383.005.836,94	**14.422.859,10**	387.809.870,85
2028	387.809.870,85	**19.470.414,57**	387.807.511,80
2029	387.807.511,80	**21.570.269,17**	385.705.179,72
2030	385.705.179,72	**23.647.239,09**	381.420.340,65
2031	381.420.340,65	**23.671.099,75**	376.896.542,00
2032	376.896.542,00	**23.686.391,63**	372.130.356,78
2033	372.130.356,78	**23.635.175,99**	367.176.124,70
2034	367.176.124,70	**23.479.246,16**	362.129.119,99
2035	362.129.119,99	**23.407.044,23**	356.900.957,59
2036	356.900.957,59	**23.402.097,02**	351.415.288,64
2037	351.415.288,64	**23.433.796,84**	345.622.539,29
2038	345.622.539,29	**23.373.078,10**	339.599.712,66
2039	339.599.712,66	**23.324.471,21**	333.323.147,02
2040	333.323.147,02	**23.238.823,27**	326.817.145,73
2041	326.817.145,73	**23.161.877,82**	320.061.488,63
2042	320.061.488,63	**23.053.494,63**	313.075.080,73
2043	313.075.080,73	**23.024.147,72**	305.767.302,07
2044	305.767.302,07	**23.020.664,02**	298.096.156,61
2045	298.096.156,61	**23.090.098,43**	289.970.485,24
2046	289.970.485,24	**23.131.806,27**	281.395.197,33
2047	281.395.197,33	**23.200.871,59**	272.320.364,65
2048	272.320.364,65	**23.195.416,26**	262.795.430,70
2049	262.795.430,70	**23.195.631,46**	252.792.129,86
2050	252.792.129,86	**23.233.480,58**	242.248.814,20
2051	242.248.814,20	**23.237.904,33**	231.171.800,35
2052	231.171.800,35	**23.277.315,94**	219.499.308,79
2053	219.499.308,79	**23.307.189,11**	207.210.984,97
2054	207.210.984,97	**23.318.920,39**	194.294.056,04
2055	194.294.056,04	**23.362.939,98**	180.684.677,67
2056	180.684.677,67	**23.394.161,97**	166.360.886,52
2057	166.360.886,52	**23.380.756,01**	151.331.447,01
2058	151.331.447,01	**23.412.760,57**	135.515.525,08
2059	135.515.525,08	**23.466.660,62**	118.851.743,82
2060	118.851.743,82	**23.511.324,95**	101.306.776,41
2061	101.306.776,41	**23.515.367,40**	82.877.009,18
2062	82.877.009,18	**23.530.000,48**	63.507.434,57
2063	63.507.434,57	**23.539.914,50**	43.155.593,29
2064	43.155.593,29	**23.594.790,30**	21.727.213,77
2065	21.727.213,77	**23.598.684,93**	0,00

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

c. Cenário III - Revisão do Plano de Custeio Suplementar – Portaria MPS 861/2023 e utilização da premissa de reposição de segurados

Considerando os dispositivos da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, desenvolveu-se este Parecer Atuarial com o intuito de analisar o impacto no Equilíbrio Financeiro e Atuarial do RPPS em caso de utilização da premissa de reposição de segurados.

Tal premissa consiste na projeção de admissão de novos servidores para reposição de decrementos decorrentes de aposentadorias programadas e compulsórias ou de falecimentos, visando manter o equilíbrio atuarial do RPPS.

Conforme disposto na Portaria MTP nº 1.467/2022, a utilização de premissa de reposição dos segurados deverá ser fundamentada em estudo técnico e sua adequação deverá ser demonstrada em **Relatório de Análise das Hipóteses**, devendo contemplar, no mínimo, *in verbis*:

> *"I - o histórico de concessão de aposentadorias e de falecimentos de servidores e de posteriores provimentos nos respectivos cargos, relativo, no mínimo, aos últimos cinco exercícios anteriores ao da realização do estudo;*
>
> *II - a descrição e a análise do histórico de reposição, para o prazo previsto no inciso I, considerando as características biométricas, funcionais, previdenciárias e remuneratórias dos segurados aposentados ou falecidos e dos respectivos novos entrantes;*
>
> *III - a descrição da metodologia de dinâmica de reposição populacional adotada na avaliação atuarial e da utilizada para análise de sua aderência;*
>
> *IV - as comparações entre os eventos de reposição estimados e os constatados, incluindo as características dos novos entrantes;*
>
> *V - as informações relacionadas às políticas de recursos humanos ou à execução de programas de gestão de pessoal pelo ente federativo, considerando entre outras:*
>
> *a) as **perspectivas**, metas ou eventual planejamento **de admissão de novos servidores**;*
>
> *b) os **concursos públicos planejados**, autorizados ou em curso;*
>
> *c) as situações de vacância de cargos; e*
>
> *..."*

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Ainda, a utilização de premissa de reposição dos segurados deverá ser apreciada pelo conselho deliberativo do RPPS.

Superadas as exigências anteditas, a utilização da premissa de reposição de segurados poderá impactar os valores dos compromissos e o resultado atuarial do RPPS. No entanto, considerando que o IMPS possui certificação Pró-Gestão nível II, para o exercício de 2025 a utilização de eventual superávit atuarial decorrente da reposição de segurados poderá ser em no máximo 60% do resultado, incorporando 10 pontos percentuais a cada ano até atingir 100% a partir de 2029.

A tabela a seguir apresenta o impacto atuarial decorrente estimava da geração futura, comparativamente aos resultados da Avaliação Atuarial 2025.

Tabela 8 - Impacto Atuarial – Cenário III

DISCRIMINAÇÃO	AVALIAÇÃO ATUARIAL 2025	CENÁRIO REPOSIÇÃO DE SEGURADOS
	GERAÇÃO ATUAL	GERAÇÃO FUTURA
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados)	R$ (323.755.051,64)	
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentados)	R$ 6.854.526,52	
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (pensionistas)	R$ (58.145.747,30)	
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (pensionistas)	R$ 285.342,34	
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BC)	R$ 17.656.026,18	
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (PMBC)	**R$ (357.104.903,90)**	
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	R$ (318.262.858,84)	R$ (100.728.795,13)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras	R$ 173.565.534,19	R$ 172.553.505,52
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BAC)	R$ 15.913.142,94	R$ 5.036.439,76
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (PMBAC)	**R$ (128.784.181,71)**	**R$ 76.861.150,15**
(-) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	R$ (357.104.903,90)	R$ -
(-) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	R$ (128.784.181,71)	R$ 76.861.150,15
PROVISÕES MATEMÁTICAS (PMBAC + PMBC)	**R$ (485.889.085,61)**	**R$ 76.861.150,15**
(+) Patrimônio Garantidor	R$ 84.960.588,71	---
(+) Saldo Devedor dos Acordos de Parcelamento	R$ 39.184.025,30	---
RESULTADO ATUARIAL	**R$ (361.744.471,60)**	**R$ 76.861.150,15**
RESULTADO A INCORPORAR COM FATOR LIMITADOR (60%)	---	**R$ 46.116.690,09**
RESULTADO ATUARIAL COM REPOSIÇÃO	**R$ (315.627.781,51)**	
DÉFICIT ATUARIAL A AMORTIZAR	**R$ (315.627.781,51)**	

Como pode ser extraído da tabela anterior, em decorrência da utilização da premissa de reposição dos segurados, observa-se um ganho atuarial de R$ 46.116.690,09 no resultado do Plano Previdenciário, considerando o fator limitador de 60% para o exercício de 2025.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Desta forma, considerando os dispositivos da Portaria MPS nº 861/2023, o plano de custeio suplementar poderá ser revisado com a adoção do seguinte modelo:

Tabela 9 - Financiamento do Déficit Técnico Atuarial – Cenário III

ANO	DÉFICIT ATUARIAL INICIAL (R$)	APORTES (R$)	DÉFICIT ATUARIAL FINAL (R$)
2025	315.627.781,51	**5.283.462,78**	326.188.833,36
2026	326.188.833,36	**8.190.326,98**	334.373.185,82
2027	334.373.185,82	**12.591.597,10**	338.567.122,64
2028	338.567.122,64	**16.999.686,10**	338.563.506,10
2029	338.563.506,10	**18.832.685,77**	336.726.708,33
2030	336.726.708,33	**20.645.702,74**	332.984.686,35
2031	332.984.686,35	**20.666.534,78**	329.033.982,83
2032	329.033.982,83	**20.679.885,66**	324.871.603,11
2033	324.871.603,11	**20.635.170,81**	320.544.986,77
2034	320.544.986,77	**20.499.033,10**	316.137.312,01
2035	316.137.312,01	**20.435.995,73**	311.571.409,34
2036	311.571.409,34	**20.431.676,47**	306.780.617,62
2037	306.780.617,62	**20.459.352,65**	301.721.651,97
2038	301.721.651,97	**20.406.340,91**	296.461.737,99
2039	296.461.737,99	**20.363.903,68**	290.980.213,55
2040	290.980.213,55	**20.289.127,00**	285.298.293,27
2041	285.298.293,27	**20.221.948,22**	279.398.319,37
2042	279.398.319,37	**20.127.322,07**	273.296.792,94
2043	273.296.792,94	**20.101.700,15**	266.914.591,79
2044	266.914.591,79	**20.098.658,64**	260.215.045,66
2045	260.215.045,66	**20.159.279,76**	253.118.561,20
2046	253.118.561,20	**20.195.693,64**	245.629.419,33
2047	245.629.419,33	**20.255.992,52**	237.704.023,66
2048	237.704.023,66	**20.251.229,63**	229.385.536,02
2049	229.385.536,02	**20.251.417,52**	220.649.272,41
2050	220.649.272,41	**20.284.462,46**	211.441.403,42
2051	211.441.403,42	**20.288.324,71**	201.767.437,17
2052	201.767.437,17	**20.322.733,81**	191.573.428,70
2053	191.573.428,70	**20.348.815,20**	180.841.599,63
2054	180.841.599,63	**20.359.057,42**	169.560.790,51
2055	169.560.790,51	**20.397.489,62**	157.675.252,57
2056	157.675.252,57	**20.424.748,62**	145.165.801,64
2057	145.165.801,64	**20.413.044,27**	132.040.080,61
2058	132.040.080,61	**20.440.986,50**	118.227.506,15
2059	118.227.506,15	**20.488.045,03**	103.674.481,93
2060	103.674.481,93	**20.527.040,14**	88.351.900,79
2061	88.351.900,79	**20.530.569,48**	72.256.596,72
2062	72.256.596,72	**20.543.345,18**	55.340.532,69
2063	55.340.532,69	**20.552.000,82**	37.566.626,62
2064	37.566.626,62	**20.599.911,26**	18.852.560,01
2065	18.852.560,01	**20.603.311,54**	0,00

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

d. Cenário IV - Revisão do Plano de Custeio Suplementar – Créditos Imposto de Renda

Para elaboração deste Cenário foi considerado **a destinação ao RPPS os valores recolhidos do Imposto de Renda Retido Fonte - IRRF dos benefícios de aposentadoria e pensão**.

A tabela a seguir apresenta as bases cálculo das contribuições e a receita mensal de contribuição para o Ente e participantes, considerando a inclusão dos aportes citados anteriormente.

Tabela 10 - Bases de cálculo e receitas de contribuição – Cenário IV

DISCRIMINAÇÃO	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA BASE DE CÁLCULO	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	RECEITA
Ativos	Folha de salários	R$ 5.148.126,33	14,00%	R$ 720.737,69
Aposentados	excedente ao teto do INSS	R$ 328.031,92	14,00%	R$ 45.924,47
Pensionistas	excedente ao teto do INSS	R$ 14.061,79	14,00%	R$ 1.968,65
Ente - CN	Folha de salários	R$ 5.148.126,33	20,50%	R$ 1.055.365,90
Ente - Aporte*	---	---	---	R$ 1.188.260,83
Ente	Parcelamentos	---	---	R$ 1.266.662,33
Créditos Imposto de Renda		---	---	**R$ 208.719,28**
Total				**R$ 4.487.639,14**

(*) Correspondente a 1/12 avos do valor do aporte anual para o ano de 2024.

Tabela 11 - Resultado Financeiro do RPPS – Cenário IV

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL
Receita Total (Contribuição)	R$ 4.487.639,14
Despesa Total (despesas previdenciárias)	R$ 2.834.535,92
Resultado (receitas - despesas)	**R$ 1.653.103,23**
Resultado sobre folha salarial	32,11%
Resultado sobre arrecadação	36,84%

A tabela a seguir apresenta as Reservas Matemáticas calculadas e a situação na qual se encontra o RPPS, considerando a Avaliação Atuarial 2025 e os resultados deste cenário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Tabela 12 - Reservas Matemáticas – CENÁRIO IRRF – Cenário IV

DISCRIMINAÇÃO	AVALIAÇÃO ATUARIAL 2025	CENÁRIO IRRF
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados)	R$ (323.755.051,64)	R$ (323.755.051,64)
(+) Valor Presente das Contrib. Futuras (aposentados)	R$ 6.854.526,52	R$ 6.854.526,52
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (pensionistas)	R$ (58.145.747,30)	R$ (58.145.747,30)
(+) Valor Presente das Contrib. Futuras (pensionistas)	R$ 285.342,34	R$ 285.342,34
(+) Valor Presente da COMPREV à receber	R$ 17.656.026,18	R$ 17.656.026,18
Reserva Matemática de Benef. Concedidos (RMBC)	**R$ (357.104.903,90)**	**R$ (357.104.903,90)**
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	R$ (318.262.858,84)	R$ (318.262.858,84)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras	R$ 173.565.534,19	R$ 173.565.534,19
(+) Valor Presente da COMPREV à receber	R$ 15.913.142,94	R$ 15.913.142,94
Reserva Matemática de Benef. a Conceder (RMBaC)	**R$ (128.784.181,71)**	**R$ (128.784.181,71)**
(-) Reserva Matemática de Benef. Concedidos (RMBC)	R$ (357.104.903,90)	R$ (357.104.903,90)
(-) Reserva Matemática de Benef. a Conceder (RMBaC)	R$ (128.784.181,71)	R$ (128.784.181,71)
Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	**R$ (485.889.085,61)**	**R$ (485.889.085,61)**
(+) Ativo Líquido do Plano	R$ 84.960.588,71	R$ 84.960.588,71
(+) Acordos de Parcelamento	R$ 39.184.025,30	R$ 39.184.025,30
(+) Créditos IRRF – Benefícios atuais	---	R$ 31.702.276,70
(+) Créditos IRRF – Benefícios futuros	---	R$ 27.628.528,27
Deficit Atuarial	**R$ (361.744.471,60)**	**R$ (302.413.666,63)**

Considerando a implementação dos dispositivos apresentados anteriormente, o Deficit Atuarial do RPPS neste cenário apresentaria uma redução de R$ 59.330.804,97, correspondente ao Valor Presente dos Créditos de IRRF dos Benefícios Concedidos e a Conceder, passando de R$ 361.744.471,60 para R$ 302.413.666,63.

Desta forma, considerando os dispositivos da Portaria MPS nº 861/2023, o plano de custeio suplementar poderá ser revisado com a adoção do seguinte modelo:

Tabela 13 - Financiamento do Déficit Técnico Atuarial – Cenário IV

ANO	DÉFICIT ATUARIAL INICIAL (R$)	APORTES (R$)	DÉFICIT ATUARIAL FINAL (R$)
2025	302.413.666,63	**5.085.332,93**	312.509.499,77
2026	312.509.499,77	**7.844.631,36**	320.352.845,30
2027	320.352.845,30	**12.063.605,50**	324.370.952,63
2028	324.370.952,63	**16.288.008,88**	324.366.365,57
2029	324.366.365,57	**18.043.776,27**	322.605.780,85
2030	322.605.780,85	**19.780.394,96**	319.020.196,08
2031	319.020.196,08	**19.800.353,88**	315.234.656,05
2032	315.234.656,05	**19.813.145,20**	311.246.290,58
2033	311.246.290,58	**19.770.304,45**	307.100.549,92
2034	307.100.549,92	**19.639.872,58**	302.877.124,95

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

ANO	DÉFICIT ATUARIAL INICIAL (R$)	APORTES (R$)	DÉFICIT ATUARIAL FINAL (R$)
2035	302.877.124,95	**19.579.477,25**	298.502.079,37
2036	298.502.079,37	**19.575.339,02**	293.911.544,74
2037	293.911.544,74	**19.601.855,22**	289.064.049,07
2038	289.064.049,07	**19.551.065,33**	284.023.999,00
2039	284.023.999,00	**19.510.406,74**	278.771.597,01
2040	278.771.597,01	**19.438.764,12**	273.327.167,06
2041	273.327.167,06	**19.374.400,94**	267.673.789,91
2042	267.673.789,91	**19.283.740,79**	261.827.273,37
2043	261.827.273,37	**19.259.192,74**	255.711.809,75
2044	255.711.809,75	**19.256.278,71**	249.292.263,89
2045	249.292.263,89	**19.314.359,06**	242.492.376,48
2046	242.492.376,48	**19.349.246,76**	235.316.247,02
2047	235.316.247,02	**19.407.018,37**	227.722.104,25
2048	227.722.104,25	**19.402.455,11**	219.751.298,77
2049	219.751.298,77	**19.402.635,12**	211.380.178,85
2050	211.380.178,85	**19.434.295,07**	202.557.168,76
2051	202.557.168,76	**19.437.995,45**	193.287.543,18
2052	193.287.543,18	**19.470.962,39**	183.519.615,46
2053	183.519.615,46	**19.495.950,64**	173.236.349,52
2054	173.236.349,52	**19.505.763,59**	162.427.050,67
2055	162.427.050,67	**19.542.585,01**	151.038.303,60
2056	151.038.303,60	**19.568.701,52**	139.051.724,92
2057	139.051.724,92	**19.557.487,73**	126.474.633,77
2058	126.474.633,77	**19.584.258,84**	113.239.401,55
2059	113.239.401,55	**19.629.345,05**	99.294.674,46
2060	99.294.674,46	**19.666.705,78**	84.612.561,34
2061	84.612.561,34	**19.670.087,20**	69.190.024,72
2062	69.190.024,72	**19.682.327,44**	52.981.036,52
2063	52.981.036,52	**19.690.620,30**	35.950.064,26
2064	35.950.064,26	**19.736.522,71**	18.018.234,78
2065	18.018.234,78	**19.739.780,48**	0,00

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

e. Cenário V - Revisão do Plano de Custeio Suplementar – Portaria MPS 861/2023, utilização da premissa de reposição de segurados e créditos do imposto de renda

Para elaboração deste Cenário foi considerado **a destinação ao RPPS os valores recolhidos do Imposto de Renda Retido Fonte - IRRF dos benefícios de aposentadoria e pensão, bem como utilizada a premissa de reposição de segurados, conforme apresentado no Cenário III.**

A tabela a seguir apresenta o impacto atuarial decorrente estimava da geração futura e da destinação do Imposto de Renda.

Tabela 14 - Impacto Atuarial – Cenário V

DISCRIMINAÇÃO	AVALIAÇÃO ATUARIAL 2025	CENÁRIO REPOSIÇÃO DE SEGURADOS
	GERAÇÃO ATUAL	GERAÇÃO FUTURA
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados)	R$ (323.755.051,64)	
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentados)	R$ 6.854.526,52	
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (pensionistas)	R$ (58.145.747,30)	
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (pensionistas)	R$ 285.342,34	
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BC)	R$ 17.656.026,18	
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (PMBC)	**R$ (357.104.903,90)**	
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	R$ (318.262.858,84)	R$ (100.728.795,13)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras	R$ 173.565.534,19	R$ 172.553.505,52
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BAC)	R$ 15.913.142,94	R$ 5.036.439,76
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (PMBAC)	**R$ (128.784.181,71)**	**R$ 76.861.150,15**
(-) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	R$ (357.104.903,90)	R$ -
(-) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	R$ (128.784.181,71)	R$ 76.861.150,15
PROVISÕES MATEMÁTICAS (PMBAC + PMBC)	**R$ (485.889.085,61)**	**R$ 76.861.150,15**
(+) Patrimônio Garantidor	R$ 84.960.588,71	---
(+) Saldo Devedor dos Acordos de Parcelamento	R$ 39.184.025,30	---
(+) Créditos IRRF – Benefícios atuais	R$ 31.702.276,70	---
(+) Créditos IRRF – Benefícios futuros	R$ 27.628.528,27	---
RESULTADO ATUARIAL	**R$ (302.413.666,63)**	**R$ 76.861.150,15**
RESULTADO A INCORPORAR COM FATOR LIMITADOR (60%)	---	**R$ 46.116.690,09**
RESULTADO ATUARIAL COM REPOSIÇÃO	**R$ (256.296.976,54)**	
DÉFICIT ATUARIAL A AMORTIZAR	**R$ (256.296.976,54)**	

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Como pode ser extraído da tabela anterior, em decorrência da utilização da premissa de reposição dos segurados e da utilização dos recursos oriundos do imposto de renda dos aposentados e pensionistas, o déficit atuarial montaria em R$ 256.296.976,54.

Desta forma, considerando os dispositivos da Portaria MPS nº 861/2023, o plano de custeio suplementar poderá ser revisado com a adoção do seguinte modelo:

Tabela 15 - Financiamento do Déficit Técnico Atuarial – Cenário V

ANO	DÉFICIT ATUARIAL INICIAL (R$)	APORTES (R$)	DÉFICIT ATUARIAL FINAL (R$)
2025	256.296.976,54	**4.358.856,79**	264.804.227,97
2026	264.804.227,97	**6.647.992,68**	271.449.407,53
2027	271.449.407,53	**10.225.660,07**	274.850.507,72
2028	274.850.507,72	**13.803.852,54**	274.844.150,68
2029	274.844.150,68	**15.292.707,25**	273.348.619,79
2030	273.348.619,79	**16.765.338,18**	270.305.382,33
2031	270.305.382,33	**16.782.254,83**	267.092.457,70
2032	267.092.457,70	**16.793.096,41**	263.707.402,66
2033	263.707.402,66	**16.756.785,72**	260.188.728,55
2034	260.188.728,55	**16.646.235,13**	256.603.967,59
2035	256.603.967,59	**16.595.045,65**	252.890.441,12
2036	252.890.441,12	**16.591.538,20**	248.994.003,07
2037	248.994.003,07	**16.614.012,63**	244.879.489,39
2038	244.879.489,39	**16.570.964,46**	240.601.475,30
2039	240.601.475,30	**16.536.503,32**	236.143.166,04
2040	236.143.166,04	**16.475.780,93**	231.521.772,04
2041	231.521.772,04	**16.421.228,42**	226.722.936,58
2042	226.722.936,58	**16.344.387,27**	221.760.040,73
2043	221.760.040,73	**16.323.581,00**	216.568.813,77
2044	216.568.813,77	**16.321.111,14**	211.119.457,08
2045	211.119.457,08	**16.370.338,51**	205.347.315,32
2046	205.347.315,32	**16.399.908,39**	199.255.842,16
2047	199.255.842,16	**16.448.874,08**	192.809.611,35
2048	192.809.611,35	**16.445.006,38**	186.043.647,46
2049	186.043.647,46	**16.445.158,95**	178.937.879,61
2050	178.937.879,61	**16.471.993,09**	171.448.568,08
2051	171.448.568,08	**16.475.129,43**	163.580.156,77
2052	163.580.156,77	**16.503.071,33**	155.288.809,30
2053	155.288.809,30	**16.524.250,72**	146.560.056,82
2054	146.560.056,82	**16.532.567,91**	137.384.803,76
2055	137.384.803,76	**16.563.776,77**	127.717.744,13
2056	127.717.744,13	**16.585.912,43**	117.543.262,46
2057	117.543.262,46	**16.576.407,92**	106.867.526,31
2058	106.867.526,31	**16.599.098,40**	95.633.177,73
2059	95.633.177,73	**16.637.312,27**	83.796.650,98
2060	83.796.650,98	**16.668.978,24**	71.334.264,62

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

ANO	DÉFICIT ATUARIAL INICIAL (R$)	APORTES (R$)	DÉFICIT ATUARIAL FINAL (R$)
2061	71.334.264,62	**16.671.844,24**	58.243.400,46
2062	58.243.400,46	**16.682.218,75**	44.485.000,42
2063	44.485.000,42	**16.689.247,56**	30.028.899,88
2064	30.028.899,88	**16.728.153,22**	14.808.197,44
2065	14.808.197,44	**16.730.914,42**	0,00

f. Cenário VI - Revisão do Plano de Custeio Suplementar – Aumento da base de contribuição dos aposentados e pensionistas

Para elaboração deste Cenário foi considerado **o aumento da base de contribuição dos aposentados e pensionistas, passando a incidir sobre a parcela dos benefícios que excederem a 3 salários-mínimos**.

A tabela a seguir apresenta as bases cálculo das contribuições e a receita mensal de contribuição para o Ente e participantes.

Tabela 16 - Bases de cálculo e receitas de contribuição – Cenário VI

DISCRIMINAÇÃO	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA BASE DE CÁLCULO	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	RECEITA
Ativos	Folha de salários	R$ 5.148.126,33	14,00%	R$ 720.737,69
Aposentados	**excedente a 3 salários-mínimos**	**R$ 742.959,32**	**14,00%**	**R$ 104.014,30**
Pensionistas	**excedente a 3 salários-mínimos**	**R$ 63.028,47**	**14,00%**	**R$ 8.823,99**
Ente - CN	Folha de salários	R$ 5.148.126,33	20,50%	R$ 1.055.365,90
Ente - Aporte*	---	---	---	R$ 1.188.260,83
Ente	Parcelamentos	---	---	R$ 1.266.662,33
Total				**R$ 4.343.865,03**

(*) Correspondente a 1/12 avos do valor do aporte anual para o ano de 2024.

Tabela 17 - Resultado Financeiro do RPPS – Cenário VI

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL
Receita Total (Contribuição)	R$ 4.343.865,03
Despesa Total (despesas previdenciárias)	R$ 2.834.535,92
Resultado (receitas - despesas)	**R$ 1.509.329,12**
Resultado sobre folha salarial	29,32%
Resultado sobre arrecadação	34,75%

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

A tabela a seguir apresenta as Reservas Matemáticas calculadas e a situação na qual se encontra o RPPS, considerando a Avaliação Atuarial 2025 e os resultados deste cenário.

Tabela 18 - Reservas Matemáticas – CENÁRIO IRRF – Cenário VI

DISCRIMINAÇÃO	AVALIAÇÃO ATUARIAL 2025	CENÁRIO AUMENTO BASE INATIVOS
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados)	R$ (323.755.051,64)	R$ (323.755.051,64)
(+) Valor Presente das Contrib. Futuras (aposentados)	R$ 6.854.526,52	R$ 15.846.366,76
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (pensionistas)	R$ (58.145.747,30)	R$ (58.145.747,30)
(+) Valor Presente das Contrib. Futuras (pensionistas)	R$ 285.342,34	R$ 1.226.272,03
(+) Valor Presente da COMPREV à receber	R$ 17.656.026,18	R$ 17.656.026,18
Reserva Matemática de Benef. Concedidos (RMBC)	**R$ (357.104.903,90)**	**R$ (347.172.133,97)**
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	R$ (318.262.858,84)	R$ (318.262.858,84)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras	R$ 173.565.534,19	R$ 182.141.414,82
(+) Valor Presente da COMPREV à receber	R$ 15.913.142,94	R$ 15.913.142,94
Reserva Matemática de Benef. a Conceder (RMBaC)	**R$ (128.784.181,71)**	**R$ (120.208.301,08)**
(-) Reserva Matemática de Benef. Concedidos (RMBC)	R$ (357.104.903,90)	R$ (347.172.133,97)
(-) Reserva Matemática de Benef. a Conceder (RMBaC)	R$ (128.784.181,71)	R$ (120.208.301,08)
Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	**R$ (485.889.085,61)**	**R$ (467.380.435,05)**
(+) Ativo Líquido do Plano	R$ 84.960.588,71	R$ 84.960.588,71
(+) Acordos de Parcelamento	R$ 39.184.025,30	R$ 39.184.025,30
Deficit Atuarial	**R$ (361.744.471,60)**	**R$ (343.235.821,04)**

Considerando o aumento da base de contribuição dos aposentados e pensionistas para o excedente a 3 salários-mínimos, o Deficit Atuarial do RPPS montaria em R$ 343.235.821,04.

Desta forma, considerando os dispositivos da Portaria MPS nº 861/2023, o plano de custeio suplementar poderá ser revisado com a adoção do seguinte modelo:

Tabela 19 - Financiamento do Déficit Técnico Atuarial – Cenário VI

ANO	DÉFICIT ATUARIAL INICIAL (R$)	APORTES (R$)	DÉFICIT ATUARIAL FINAL (R$)
2025	343.235.821,04	**5.745.765,77**	354.720.493,48
2026	354.720.493,48	**8.908.310,19**	363.619.152,06
2027	363.619.152,06	**13.694.364,36**	368.178.469,13
2028	368.178.469,13	**18.483.465,97**	368.177.562,32
2029	368.177.562,32	**20.477.932,94**	366.182.143,01
2030	366.182.143,01	**22.450.680,68**	362.113.805,91
2031	362.113.805,91	**22.473.333,99**	357.818.584,98
2032	357.818.584,98	**22.487.852,09**	353.293.225,85
2033	353.293.225,85	**22.439.227,98**	348.589.317,81
2034	348.589.317,81	**22.291.188,25**	343.797.313,31
2035	343.797.313,31	**22.222.639,76**	338.833.298,68
2036	338.833.298,68	**22.217.942,88**	333.624.787,39

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

ANO	DÉFICIT ATUARIAL INICIAL (R$)	APORTES (R$)	DÉFICIT ATUARIAL FINAL (R$)
2037	333.624.787,39	**22.248.038,68**	328.124.713,04
2038	328.124.713,04	**22.190.392,33**	322.406.181,30
2039	322.406.181,30	**22.144.244,97**	316.446.726,63
2040	316.446.726,63	**22.062.930,84**	310.269.421,47
2041	310.269.421,47	**21.989.878,86**	303.855.067,57
2042	303.855.067,57	**21.886.979,89**	297.221.612,07
2043	297.221.612,07	**21.859.117,94**	290.283.019,06
2044	290.283.019,06	**21.855.810,52**	282.999.416,09
2045	282.999.416,09	**21.921.731,52**	275.284.255,25
2046	275.284.255,25	**21.961.328,94**	267.142.195,93
2047	267.142.195,93	**22.026.899,53**	258.525.834,64
2048	258.525.834,64	**22.021.720,24**	249.482.111,30
2049	249.482.111,30	**22.021.924,55**	239.984.188,73
2050	239.984.188,73	**22.057.858,49**	229.973.536,52
2051	229.973.536,52	**22.062.058,40**	219.456.149,65
2052	219.456.149,65	**22.099.475,76**	208.373.372,60
2053	208.373.372,60	**22.127.837,35**	196.705.878,56
2054	196.705.878,56	**22.138.975,01**	184.441.538,65
2055	184.441.538,65	**22.180.767,20**	171.519.736,69
2056	171.519.736,69	**22.210.409,35**	157.919.618,12
2057	157.919.618,12	**22.197.681,74**	143.649.501,21
2058	143.649.501,21	**22.228.066,85**	128.632.639,32
2059	128.632.639,32	**22.279.239,54**	112.810.758,27
2060	112.810.758,27	**22.321.643,84**	96.152.214,49
2061	96.152.214,49	**22.325.481,75**	78.653.573,92
2062	78.653.573,92	**22.339.374,38**	60.262.608,95
2063	60.262.608,95	**22.348.786,75**	40.939.005,17
2064	40.939.005,17	**22.400.885,82**	20.593.257,41
2065	20.593.257,41	**22.404.583,38**	0,00

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

BRASILIS CONSULTORIA ATUARIAL
Telefax: (31) 3466-3552 – site: www.gruportmbrasilis.com.br

g. Cenário VII - Revisão do Plano de Custeio Suplementar – Aumento da base de contribuição dos aposentados e pensionistas e Créditos Imposto de Renda

Para elaboração deste Cenário foi considerado **a destinação ao RPPS os valores recolhidos do Imposto de Renda Retido Fonte - IRRF dos benefícios de aposentadoria e pensão, bem como o aumento da base de contribuição dos aposentados e pensionistas, passando a incidir sobre a parcela dos benefícios que excederem a 3 salários-mínimos.**

A tabela a seguir apresenta as bases cálculo das contribuições e a receita mensal de contribuição para o Ente e participantes.

Tabela 20 - Bases de cálculo e receitas de contribuição – Cenário VII

DISCRIMINAÇÃO	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA BASE DE CÁLCULO	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	RECEITA
Ativos	Folha de salários	R$ 5.148.126,33	14,00%	R$ 720.737,69
Aposentados	excedente ao teto do INSS	R$ 742.959,32	14,00%	R$ 104.014,30
Pensionistas	excedente ao teto do INSS	R$ 63.028,47	14,00%	R$ 8.823,99
Ente - CN	Folha de salários	R$ 5.148.126,33	20,50%	R$ 1.055.365,90
Ente - Aporte*	---	---	---	R$ 1.188.260,83
Ente	Parcelamentos	---	---	R$ 1.266.662,33
Créditos Imposto de Renda		**---**	**---**	**R$ 208.719,28**
Total				**R$ 4.552.584,32**

(*) Correspondente a 1/12 avos do valor do aporte anual para o ano de 2024.

Tabela 21 - Resultado Financeiro do RPPS – Cenário VII

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL
Receita Total (Contribuição)	R$ 4.552.584,32
Despesa Total (despesas previdenciárias)	R$ 2.834.535,92
Resultado (receitas - despesas)	**R$ 1.718.048,40**
Resultado sobre folha salarial	33,37%
Resultado sobre arrecadação	37,74%

A tabela a seguir apresenta as Reservas Matemáticas calculadas e a situação na qual se encontra o RPPS, considerando a Avaliação Atuarial 2024 e os resultados deste cenário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

BRASILIS CONSULTORIA ATUARIAL
Telefax: (31) 3466-3552 – site: www.gruportmbrasilis.com.br

Tabela 22 - Reservas Matemáticas – CENÁRIO IRRF – Cenário VII

DISCRIMINAÇÃO	AVALIAÇÃO ATUARIAL 2025	CENÁRIO VII
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados)	R$ (323.755.051,64)	R$ (323.755.051,64)
(+) Valor Presente das Contrib. Futuras (aposentados)	R$ 6.854.526,52	R$ 15.846.366,76
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (pensionistas)	R$ (58.145.747,30)	R$ (58.145.747,30)
(+) Valor Presente das Contrib. Futuras (pensionistas)	R$ 285.342,34	R$ 1.226.272,03
(+) Valor Presente da COMPREV à receber	R$ 17.656.026,18	R$ 17.656.026,18
Reserva Matemática de Benef. Concedidos (RMBC)	**R$ (357.104.903,90)**	**R$ (347.172.133,97)**
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	R$ (318.262.858,84)	R$ (318.262.858,84)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras	R$ 173.565.534,19	R$ 182.141.414,82
(+) Valor Presente da COMPREV à receber	R$ 15.913.142,94	R$ 15.913.142,94
Reserva Matemática de Benef. a Conceder (RMBaC)	**R$ (128.784.181,71)**	**R$ (120.208.301,08)**
(-) Reserva Matemática de Benef. Concedidos (RMBC)	R$ (357.104.903,90)	R$ (347.172.133,97)
(-) Reserva Matemática de Benef. a Conceder (RMBaC)	R$ (128.784.181,71)	R$ (120.208.301,08)
Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	**R$ (485.889.085,61)**	**R$ (467.380.435,05)**
(+) Ativo Líquido do Plano	R$ 84.960.588,71	R$ 84.960.588,71
(+) Acordos de Parcelamento	R$ 39.184.025,30	R$ 39.184.025,30
(+) Créditos IRRF – Benefícios atuais	---	R$ 29.722.811,21
(+) Créditos IRRF – Benefícios futuros	---	R$ 25.907.454,58
Deficit Atuarial	**R$ (361.744.471,60)**	**R$ (287.605.555,25)**

Considerando a implementação dos dispositivos apresentados anteriormente, o Deficit Atuarial do RPPS neste cenário apresentaria uma redução de R$ 74.138.916,35, atingindo a monta de R$ 287.605.555,25.

Desta forma, considerando os dispositivos da Portaria MPS nº 861/2023, o plano de custeio suplementar poderá ser revisado com a adoção do seguinte modelo:

Tabela 23 - Financiamento do Déficit Técnico Atuarial – Cenário VII

ANO	DÉFICIT ATUARIAL INICIAL (R$)	APORTES (R$)	DÉFICIT ATUARIAL FINAL (R$)
2025	287.605.555,25	**4.821.159,79**	297.222.194,34
2026	297.222.194,34	**7.465.695,78**	304.677.052,71
2027	304.677.052,71	**11.475.462,96**	308.496.377,80
2028	308.496.377,80	**15.489.050,49**	308.493.845,47
2029	308.493.845,47	**17.160.467,35**	306.819.769,17
2030	306.819.769,17	**18.813.683,93**	303.408.437,65
2031	303.408.437,65	**18.832.667,41**	299.806.873,81
2032	299.806.873,81	**18.844.833,59**	296.012.345,28
2033	296.012.345,28	**18.804.086,56**	292.068.078,46
2034	292.068.078,46	**18.680.029,18**	288.049.866,81
2035	288.049.866,81	**18.622.585,50**	283.887.384,63
2036	283.887.384,63	**18.618.649,52**	279.519.881,82

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

ANO	DÉFICIT ATUARIAL INICIAL (R$)	APORTES (R$)	DÉFICIT ATUARIAL FINAL (R$)
2037	279.519.881,82	**18.643.869,82**	274.907.910,07
2038	274.907.910,07	**18.595.562,14**	270.112.725,02
2039	270.112.725,02	**18.556.890,62**	265.115.493,20
2040	265.115.493,20	**18.488.749,33**	259.935.541,62
2041	259.935.541,62	**18.427.531,73**	254.556.774,09
2042	254.556.774,09	**18.341.302,33**	248.994.221,82
2043	248.994.221,82	**18.317.954,00**	243.175.777,75
2044	243.175.777,75	**18.315.182,38**	237.068.019,41
2045	237.068.019,41	**18.370.424,22**	230.598.409,77
2046	230.598.409,77	**18.403.606,88**	223.770.843,06
2047	223.770.843,06	**18.458.555,07**	216.545.584,32
2048	216.545.584,32	**18.454.214,82**	208.961.957,83
2049	208.961.957,83	**18.454.386,04**	200.997.462,08
2050	200.997.462,08	**18.484.498,70**	192.603.035,97
2051	192.603.035,97	**18.488.018,22**	183.783.690,15
2052	183.783.690,15	**18.519.374,00**	174.490.257,40
2053	174.490.257,40	**18.543.141,02**	164.706.527,30
2054	164.706.527,30	**18.552.474,39**	154.422.320,57
2055	154.422.320,57	**18.587.496,27**	143.586.824,79
2056	143.586.824,79	**18.612.336,41**	132.182.546,99
2057	132.182.546,99	**18.601.670,66**	120.216.440,18
2058	120.216.440,18	**18.627.133,41**	107.624.172,07
2059	107.624.172,07	**18.670.016,15**	94.356.889,36
2060	94.356.889,36	**18.705.550,98**	80.388.054,22
2061	80.388.054,22	**18.708.767,15**	65.714.767,39
2062	65.714.767,39	**18.720.409,18**	50.293.239,54
2063	50.293.239,54	**18.728.296,75**	34.089.663,41
2064	34.089.663,41	**18.771.955,81**	17.029.008,70
2065	17.029.008,70	**18.775.054,36**	0,00

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

h. Cenário VIII - Revisão do Plano de Custeio Suplementar – Portaria MPS 861/2023, utilização da premissa de reposição de segurados, créditos do imposto de renda e aumento da base de contribuição dos inativos

Para elaboração deste Cenário foi considerado cumulativamente **a destinação ao RPPS os valores recolhidos do Imposto de Renda Retido Fonte - IRRF dos benefícios de aposentadoria e pensão, a utilização da premissa de reposição de segurados, conforme apresentado no Cenário III, bem como o aumento da base de contribuição dos aposentados e pensionistas, passando a incidir sobre a parcela dos benefícios que excederem a 3 salários-mínimos.**

A tabela a seguir apresenta o impacto atuarial decorrente estimava da geração futura, da destinação do Imposto de Renda e do aumento da base de contribuição dos inativos.

Tabela 24 - Impacto Atuarial – Cenário VIII

DISCRIMINAÇÃO	AVALIAÇÃO ATUARIAL 2025	CENÁRIO REPOSIÇÃO DE SEGURADOS
	GERAÇÃO ATUAL	GERAÇÃO FUTURA
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados)	R$ (323.755.051,64)	
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentados)	R$ 15.846.366,76	
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (pensionistas)	R$ (58.145.747,30)	
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (pensionistas)	R$ 1.226.272,03	
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BC)	R$ 17.656.026,18	
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (PMBC)	**R$ (347.172.133,97)**	
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	R$ (318.262.858,84)	R$ (100.728.795,13)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras	R$ 182.141.414,82	R$ 172.553.505,52
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BAC)	R$ 15.913.142,94	R$ 5.036.439,76
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (PMBAC)	**R$ (120.208.301,08)**	**R$ 76.861.150,15**
(-) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	R$ (347.172.133,97)	R$ -
(-) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	R$ (120.208.301,08)	R$ 76.861.150,15
PROVISÕES MATEMÁTICAS (PMBAC + PMBC)	**R$ (467.380.435,05)**	**R$ 76.861.150,15**
(+) Patrimônio Garantidor	R$ 84.960.588,71	---
(+) Saldo Devedor dos Acordos de Parcelamento	R$ 39.184.025,30	---
(+) Créditos IRRF – Benefícios atuais	R$ 29.722.811,21	---
(+) Créditos IRRF – Benefícios futuros	R$ 25.907.454,58	---
RESULTADO ATUARIAL	**R$ (287.605.555,25)**	**R$ 76.861.150,15**
RESULTADO A INCORPORAR COM FATOR LIMITADOR (60%)	---	**R$ 46.116.690,09**
DÉFICIT ATUARIAL A AMORTIZAR	**R$ (241.488.865,16)**	

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Como pode ser extraído da tabela anterior, em decorrência da utilização da premissa de reposição dos segurados, da utilização dos recursos oriundos do imposto de renda dos aposentados e pensionistas, e do aumento da base de contribuição dos inativos, o déficit atuarial montaria em R$ 241.488.865,16.

Desta forma, considerando os dispositivos da Portaria MPS nº 861/2023, o plano de custeio suplementar poderá ser revisado com a adoção do seguinte modelo:

Tabela 25 - Financiamento do Déficit Técnico Atuarial – Cenário VIII

ANO	DÉFICIT ATUARIAL INICIAL (R$)	APORTES (R$)	DÉFICIT ATUARIAL FINAL (R$)
2025	241.488.865,16	**4.061.662,01**	249.549.944,18
2026	249.549.944,18	**6.269.057,10**	255.808.294,28
2027	255.808.294,28	**9.637.517,53**	259.012.353,13
2028	259.012.353,13	**13.004.894,15**	259.009.879,11
2029	259.009.879,11	**14.409.398,32**	257.602.776,72
2030	257.602.776,72	**15.798.627,14**	254.735.808,97
2031	254.735.808,97	**15.814.568,36**	251.708.978,22
2032	251.708.978,22	**15.824.784,80**	248.519.984,12
2033	248.519.984,12	**15.790.567,84**	245.205.119,49
2034	245.205.119,49	**15.686.391,73**	241.828.024,75
2035	241.828.024,75	**15.638.153,90**	238.329.637,69
2036	238.329.637,69	**15.634.848,70**	234.658.936,80
2037	234.658.936,80	**15.656.027,22**	230.782.788,21
2038	230.782.788,21	**15.615.461,27**	226.752.622,91
2039	226.752.622,91	**15.582.987,20**	222.552.617,38
2040	222.552.617,38	**15.525.766,15**	218.198.992,63
2041	218.198.992,63	**15.474.359,20**	213.678.222,86
2042	213.678.222,86	**15.401.948,81**	209.002.920,84
2043	209.002.920,84	**15.382.342,26**	204.112.525,21
2044	204.112.525,21	**15.380.014,81**	198.978.959,16
2045	198.978.959,16	**15.426.403,67**	193.541.299,24
2046	193.541.299,24	**15.454.268,51**	187.802.803,95
2047	187.802.803,95	**15.500.410,78**	181.730.093,93
2048	181.730.093,93	**15.496.766,09**	175.356.178,55
2049	175.356.178,55	**15.496.909,87**	168.662.148,85
2050	168.662.148,85	**15.522.196,71**	161.606.792,01
2051	161.606.792,01	**15.525.152,21**	154.194.300,76
2052	154.194.300,76	**15.551.482,95**	146.383.371,71
2053	146.383.371,71	**15.571.441,10**	138.160.375,87
2054	138.160.375,87	**15.579.278,71**	129.516.748,03
2055	129.516.748,03	**15.608.688,03**	120.409.800,75
2056	120.409.800,75	**15.629.547,32**	110.824.825,43
2057	110.824.825,43	**15.620.590,85**	100.767.640,81
2058	100.767.640,81	**15.641.972,97**	90.184.203,41
2059	90.184.203,41	**15.677.983,38**	79.033.467,04

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

ANO	DÉFICIT ATUARIAL INICIAL (R$)	APORTES (R$)	DÉFICIT ATUARIAL FINAL (R$)
2060	79.033.467,04	**15.707.823,44**	67.293.123,64
2061	67.293.123,64	**15.710.524,19**	54.960.714,26
2062	54.960.714,26	**15.720.300,49**	41.999.441,62
2063	41.999.441,62	**15.726.924,01**	28.380.889,59
2064	28.380.889,59	**15.763.586,32**	14.042.023,93
2065	14.042.023,93	**15.766.188,30**	0,00

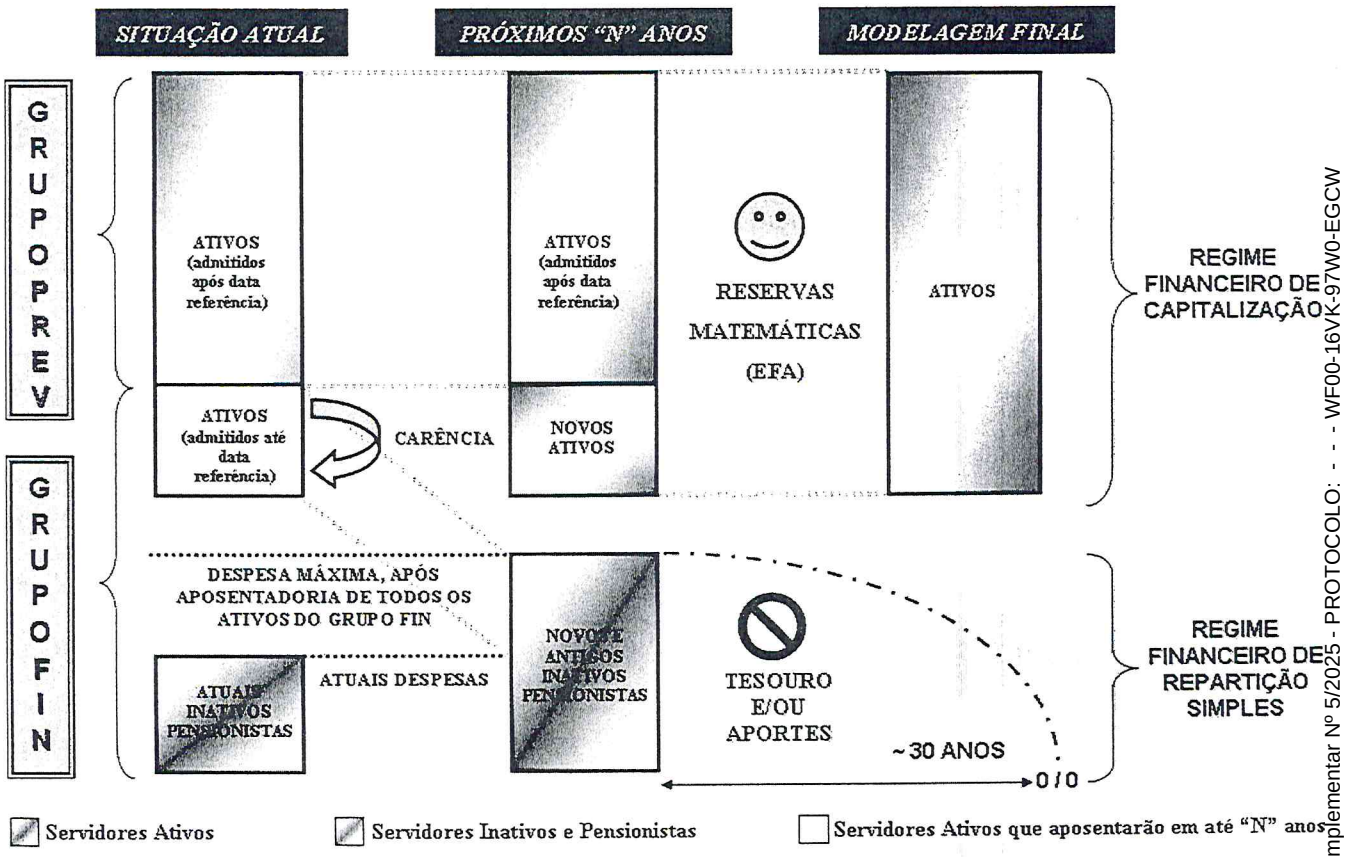
i. CENÁRIO IX – Plano de Custeio com Segmentação de Massas

Diante da atual situação de desequilíbrio do Plano de Previdência do Servidor Público do Município de Jales, apresentaremos opção de cenário de Modelagem Previdenciária com a instituição da Segregação de Massa que poderá ser adotado pelo ente com intuito de eliminação do déficit e perenização do Equilíbrio Financeiro e Atuarial.

Seguindo os resultados da avaliação atuarial realizada em dezembro/2024, o cenário atual do plano de custeio então proposto foi desenvolvido. A ideia seria criar uma transição entre um sistema de Repartição Simples para um sistema plenamente capitalizado, passando por um sistema misto de Repartição e Capitalização. Esse tipo de modelagem previdenciária é conhecido como segmentação ou segregação de massa. A ilustração 1 apresenta um exemplo modelo da referida segmentação. Com objetivo de manutenção da nomenclatura utilizada na Portaria MTP nº 1.467/2022 o grupo da capitalização será chamado de **Fundo em Capitalização** e o grupo da repartição simples será chamado de **Fundo em Repartição**.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Ilustração 1 – Modelo de Segmentação de Massa de Servidores



Neste cenário foi considerado a Segregação de Massa dos participantes ativos, aposentados e pensionistas considerando o corte massa pela data de admissão dos servidores ativos, e para os atuais aposentados e pensionistas considerando a data de concessão dos benefícios.

Ainda, foi considerada a destinação ao RPPS os valores recolhidos do Imposto de Renda Retido Fonte - IRRF dos benefícios de aposentadoria e pensão. Considerando os dispositivos da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, considerou-se também a utilização da premissa de reposição de segurados. Tal premissa consiste na projeção de admissão de novos servidores para reposição de decrementos decorrentes de aposentadorias programadas e compulsórias ou de falecimentos, visando manter o equilíbrio atuarial do RPPS.

De acordo com estes critérios, os grupos ficaram assim compostos:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

- **Fundo em Repartição**
  - **Participantes**
    - Servidores ativos admitidos até 31/12/2021;
    - Aposentados em 31/12/2024 com data de concessão do benefício até 31/12/2015;
    - Pensionistas em 31/12/2024 com data de concessão do benefício até 31/12/2017.

- **Fundo em Capitalização**
  - **Participantes**
    - Servidores ativos admitidos a partir de 01/01/2022;
    - Aposentados em 31/12/2024 com data de concessão do benefício a partir de 01/01/2016;
    - Pensionistas em 31/12/2024 com data de concessão do benefício a partir de 01/01/2018.

Ainda, foi considerada a destinação ao RPPS os valores recolhidos do Imposto de Renda Retido Fonte - IRRF das remunerações dos segurados ativos.

A população analisada do **Fundo em Capitalização**, em termos quantitativos, está distribuída da seguinte forma:

Tabela 26 - Gasto com Pessoal por Segmento – Fundo em Capitalização

DISCRIMINAÇÃO	FOLHA MENSAL	QUANTIDADE	REMUN. MÉDIA	IDADE MÉDIA
Ativos	R$ 835.145,05	313	R$ 2.668,20	38
Aposentadorias	R$ 1.210.721,91	229	R$ 5.287,00	65
Pensionistas	R$ 206.464,26	69	R$ 2.992,24	67
Total	**R$ 2.252.331,22**	**611**	**R$ 3.686,30**	**51**

A tabela a seguir apresenta as bases cálculo das contribuições e a receita mensal de contribuição do patrocinador e participantes para o Fundo em Capitalização.

Tabela 27 - Bases de cálculo e receitas de contribuição – Fundo em Capitalização

DISCRIMINAÇÃO	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA BASE DE CÁLCULO	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	RECEITA
Ativos	Folha de salários	R$ 835.145,05	14,00%	R$ 116.920,31
Aposentados	excedente a 3 salários-mínimos	R$ 430.080,79	14,00%	R$ 60.211,31
Pensionistas	excedente a 3 salários-mínimos	R$ 29.063,32	14,00%	R$ 4.068,86
Ente - CN	Folha de salários	R$ 835.145,05	20,50%	R$ 171.204,74
Ente	Parcelamentos	---	---	R$ 1.266.662,33
Imposto de renda aposentados e pensionistas		---	---	R$ 1.266.662,33
Total				**R$ 1.737.212,49**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Tabela 28 - Resultado Financeiro do Fundo em Capitalização

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL
Receita Total (Contribuição)	R$ 1.737.212,49
Despesa Total (despesas previdenciárias)	R$ 1.438.064,80
Resultado (receitas - despesas)	**R$ 299.147,69**
Resultado sobre folha salarial	35,82%
Resultado sobre arrecadação	17,22%

A tabela seguinte apresenta as Provisões Matemáticas calculadas, o patrimônio constituído pelo Fundo em Capitalização e a situação na qual se encontra o Fundo (déficit, equilíbrio ou superávit).

Tabela 29 - Reservas Matemáticas – Fundo em Capitalização

DISCRIMINAÇÃO	VALORES
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados)	R$ (194.978.516,16)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentados)	R$ 9.999.584,32
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (pensionistas)	R$ (26.497.679,53)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (pensionistas)	R$ 597.937,88
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber	R$ 7.434.234,52
Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMB – Concedido)	**R$ (203.444.438,97)**
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	R$ (22.134.684,74)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras	R$ 39.512.492,71
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber	R$ 1.106.734,24
Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMB a Conceder)	**R$ 18.484.542,21**
(-) Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	R$ (203.444.438,97)
(-) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	R$ 18.484.542,21
Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	**R$ (184.959.896,76)**
(+) Ativos Financeiros	R$ 84.960.588,71
(+) Saldo Devedor dos Acordos de Parcelamento	R$ 39.184.025,30
(+) Imposto de Renda a Receber – BC	R$ 18.154.213,21
(+) Imposto de Renda a Receber – BaC	R$ 1.910.678,12
(+) Resultado Atuarial Geração Futura	R$ 46.814.127,92
Resultado Técnico Atuarial	**R$ 6.063.736,50**

Nesta configuração de segregação de massa, o Fundo em Capitalização apresentaria superávit atuarial de R$ 6.063.736,50, considerando o recebimento dos créditos de imposto de renda dos aposentados e pensionistas, bem como as estimativas da geração futura.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Para os servidores do Fundo em Repartição, será arrecadado o valor equivalente ao Custo Normal, e a diferença encontrada entre receita de contribuição e despesas com pagamento de benefícios será capitalizada.

Quando as despesas previdenciárias deste Grupo forem superiores à arrecadação, o déficit financeiro então existente será custeado pelos recursos acumulados no Fundo em Repartição. Quando os recursos do Fundo em Repartição tiverem sido totalmente utilizados, o Tesouro Estadual assumirá a integralidade do déficit financeiro.

A população analisada do **Fundo em Repartição**, em termos quantitativos, está distribuída da seguinte forma:

Tabela 30 - Gasto com Pessoal por Segmento – Fundo em Repartição

DISCRIMINAÇÃO	FOLHA MENSAL	QUANTIDADE	REMUN. MÉDIA	IDADE MÉDIA
Ativos	R$ 5.148.126,33	1.258	R$ 4.092,31	44
Aposentadorias	R$ 1.033.511,67	255	R$ 4.052,99	75
Pensionistas	R$ 255.134,92	82	R$ 3.111,40	70
Total	**R$ 6.436.772,92**	**1.595**	**R$ 4.035,59**	**50**

A tabela a seguir apresenta as bases cálculo das contribuições e a receita mensal de contribuição do patrocinador e participantes para o Fundo em Repartição, conforme legislação vigente.

Tabela 31 - Bases de cálculo e receitas de contribuição – Fundo em Repartição

DISCRIMINAÇÃO	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA BASE DE CÁLCULO	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	RECEITA
Ativos	Folha de salários	R$ 5.148.126,33	14,00%	R$ 720.737,69
Aposentados	excedente a 3 salários-mínimos	R$ 312.878,53	14,00%	R$ 43.802,99
Pensionistas	excedente a 3 salários-mínimos	R$ 33.965,15	14,00%	R$ 4.755,12
Ente - CN	Folha de salários	R$ 5.148.126,33	20,50%	R$ 1.055.365,90
Imposto de renda aposentados e pensionistas		---	---	R$ 90.574,34
Total				**R$ 1.915.236,04**

Tabela 32 - Resultado Financeiro do Fundo em Repartição

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL
Receita Total (Contribuição)	R$ 1.915.236,04
Despesa Total (despesas previdenciárias)	R$ 1.417.349,75
Resultado (receitas - despesas)	**R$ 497.886,29**
Resultado sobre folha salarial	9,67%
Resultado sobre arrecadação	26,00%

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

As projeções atuariais se baseiam em premissas técnicas que apresentam volatilidade ao longo do período de contribuição e percepção de benefícios, sendo que para o RPPS, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras.

Sobretudo, deve-se levar em consideração que a necessidade de aportes ao Fundo em Repartição, principalmente na fase de transição para a insuficiência financeira, quando próximo da extinção do patrimônio do Fundo em Repartição, pode apresentar muita oscilação em função da estimativa de entrada em benefício dos servidores ativos.

Em análise da base de dados do Fundo em Repartição, observa-se que vários servidores já preencheram os requisitos para aposentadoria. Para estes, excetuando as aposentadorias compulsórias e por incapacidade permanente, a entrada em benefício depende basicamente de sua vontade, o que pode gerar grandes oscilações nos resultados.

Deste modo, ressalvado as oscilações que podem ocorrer entre as Avaliações Atuariais, destaca-se que mesmo não sendo previsto no relatório da Avaliação Atuarial, as insuficiências financeiras do Fundo em Repartição deverão ser inteiramente cobertas pelo Ente Federativo independente da competência da ocorrência.

Ressalta-se que o Fundo em Repartição já se encontra em déficit financeiro, sendo necessário aportes do Tesouro Estadual para cobertura da Insuficiência Financeira. Assim, a tabela a seguir apresenta o fluxo de caixa dos benefícios do Fundo em Repartição, segundo o plano de custeio vigente, bem como a necessidade de complementação do Tesouro Estadual:

Tabela 33 - Fluxo de Caixa do Fundo em Repartição

Ano	Receitas					Despesas	Resultado	Aportes Cobertura Insuficiência
	Total	Patronal	Servidores	COMPREV	CRÉDITOS IRRF			
2025	**20.939.612,03**	10.399.187,74	7.984.753,72	1.291.749,31	1.263.921,26	**19.101.812,36**	1.837.799,67	**0,00**
2026	**20.718.254,18**	10.265.836,90	7.888.217,23	1.282.654,87	1.281.545,18	**19.295.695,85**	1.422.558,33	**0,00**
2027	**20.465.100,64**	10.074.843,84	7.755.047,52	1.283.788,47	1.351.420,81	**20.260.598,15**	204.502,50	**0,00**
2028	**20.193.684,26**	9.843.720,40	7.613.118,73	1.292.964,69	1.443.880,44	**21.597.349,24**	-1.403.664,98	**1.403.664,98**
2029	**19.938.948,58**	9.614.210,84	7.475.133,16	1.299.092,53	1.550.512,05	**23.200.462,82**	-3.261.514,24	**3.261.514,24**
2030	**19.493.094,07**	9.288.985,92	7.285.158,08	1.324.460,93	1.594.489,14	**23.811.426,92**	-4.318.332,85	**4.318.332,85**
2031	**18.988.537,92**	8.895.190,98	7.072.277,29	1.362.679,58	1.658.390,07	**24.675.834,82**	-5.687.296,90	**5.687.296,90**
2032	**18.473.037,12**	8.503.448,66	6.851.964,18	1.398.601,96	1.719.022,32	**25.498.532,96**	-7.025.495,84	**7.025.495,84**
2033	**17.795.564,88**	7.945.779,11	6.562.026,63	1.461.922,86	1.825.836,28	**26.874.092,49**	-9.078.527,61	**9.078.527,61**
2034	**16.961.548,29**	7.206.110,52	6.199.225,27	1.565.786,50	1.990.426,00	**29.020.015,61**	-12.058.467,32	**12.058.467,32**
2035	**16.345.572,32**	6.686.284,91	5.945.598,64	1.625.527,24	2.088.161,52	**30.312.960,12**	-13.967.387,80	**13.967.387,80**
2036	**15.757.607,16**	6.280.474,52	5.689.394,32	1.652.342,54	2.135.395,78	**30.963.384,85**	-15.205.777,68	**15.205.777,68**
2037	**15.282.525,64**	5.982.051,57	5.497.675,70	1.655.551,61	2.147.246,77	**31.156.220,73**	-15.873.695,09	**15.873.695,09**
2038	**14.630.664,15**	5.485.628,98	5.230.073,94	1.697.310,26	2.217.650,97	**32.096.598,85**	-17.465.934,70	**17.465.934,70**
2039	**13.933.585,10**	4.998.463,34	4.926.039,96	1.731.274,63	2.277.807,18	**32.882.158,68**	-18.948.573,58	**18.948.573,58**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Ano	Receitas					Despesas	Resultado	Aportes Cobertura Insuficiência
	Total	Patronal	Servidores	COMPREV	CRÉDITOS IRRF			
2040	**13.195.294,95**	4.453.368,99	4.605.046,09	1.779.108,26	2.357.771,60	**33.937.122,98**	-20.741.828,03	**20.741.828,03**
2041	**12.374.411,15**	3.889.321,42	4.240.270,37	1.818.785,02	2.426.034,35	**34.824.714,74**	-22.450.303,59	**22.450.303,59**
2042	**11.503.371,06**	3.284.405,24	3.855.629,86	1.862.752,85	2.500.583,11	**35.790.213,99**	-24.286.842,93	**24.286.842,93**
2043	**10.835.541,48**	2.874.629,01	3.567.609,96	1.871.615,99	2.521.686,52	**36.073.375,23**	-25.237.833,75	**25.237.833,75**
2044	**10.182.333,81**	2.505.242,97	3.282.453,27	1.869.287,95	2.525.349,63	**36.132.506,62**	-25.950.172,81	**25.950.172,81**
2045	**9.732.621,82**	2.309.803,69	3.110.225,74	1.833.988,61	2.478.603,78	**35.547.328,17**	-25.814.706,35	**25.814.706,35**
2046	**9.266.569,63**	2.111.742,28	2.925.168,68	1.798.350,73	2.431.307,94	**34.948.239,95**	-25.681.670,32	**25.681.670,32**
2047	**8.841.394,03**	1.951.446,51	2.761.953,39	1.755.249,40	2.372.744,72	**34.197.211,35**	-25.355.817,33	**25.355.817,33**
2048	**8.300.690,65**	1.693.730,25	2.544.256,84	1.726.537,42	2.336.166,14	**33.714.453,32**	-25.413.762,66	**25.413.762,66**
2049	**7.768.915,79**	1.446.986,58	2.331.065,46	1.695.214,48	2.295.649,27	**33.173.027,48**	-25.404.111,69	**25.404.111,69**
2050	**7.294.611,83**	1.254.453,38	2.146.086,57	1.653.946,97	2.240.124,91	**32.431.448,84**	-25.136.837,01	**25.136.837,01**
2051	**6.783.244,84**	1.035.952,82	1.939.989,81	1.616.595,42	2.190.706,80	**31.757.035,45**	-24.973.790,61	**24.973.790,61**
2052	**6.350.494,26**	887.081,37	1.773.810,08	1.566.895,50	2.122.707,31	**30.836.050,80**	-24.485.556,54	**24.485.556,54**
2053	**5.914.236,64**	734.199,56	1.606.929,80	1.517.565,23	2.055.542,05	**29.913.799,71**	-23.999.563,07	**23.999.563,07**
2054	**5.464.683,80**	570.321,81	1.432.707,25	1.470.131,92	1.991.522,83	**29.020.079,20**	-23.555.395,39	**23.555.395,39**
2055	**5.103.045,29**	474.435,66	1.307.424,44	1.411.083,47	1.910.101,72	**27.894.503,49**	-22.791.458,20	**22.791.458,20**
2056	**4.668.105,74**	317.914,71	1.142.250,21	1.362.690,81	1.845.250,01	**26.967.098,76**	-22.298.993,02	**22.298.993,02**
2057	**4.268.079,07**	190.569,76	993.975,09	1.309.784,43	1.773.749,79	**25.945.791,52**	-21.677.712,45	**21.677.712,45**
2058	**3.950.429,29**	126.554,69	890.241,16	1.246.680,43	1.686.953,01	**24.721.505,23**	-20.771.075,94	**20.771.075,94**
2059	**3.684.450,72**	104.092,70	812.260,24	1.177.286,33	1.590.811,46	**23.370.213,86**	-19.685.763,14	**19.685.763,14**
2060	**3.434.250,42**	90.931,24	742.092,03	1.107.267,48	1.493.959,66	**22.001.819,43**	-18.567.569,02	**18.567.569,02**
2061	**3.132.114,64**	32.198,37	642.610,96	1.046.294,03	1.411.011,28	**20.803.623,07**	-17.671.508,43	**17.671.508,43**
2062	**2.885.947,58**	13.376,87	572.570,52	979.998,29	1.320.001,90	**19.499.313,67**	-16.613.366,09	**16.613.366,09**
2063	**2.658.713,77**	4.137,71	511.613,64	913.796,48	1.229.165,94	**18.194.155,68**	-15.535.441,91	**15.535.441,91**
2064	**2.445.679,63**	0,00	457.007,43	848.687,59	1.139.984,61	**16.908.143,90**	-14.462.464,27	**14.462.464,27**
2065	**2.246.440,88**	0,00	408.372,35	785.068,28	1.053.000,26	**15.649.561,38**	-13.403.120,49	**13.403.120,49**
2066	**2.056.244,71**	0,00	362.996,44	723.794,28	969.453,99	**14.435.447,93**	-12.379.203,21	**12.379.203,21**
2067	**1.875.281,76**	0,00	320.901,65	664.959,79	889.420,33	**13.268.035,29**	-11.392.753,53	**11.392.753,53**
2068	**1.703.629,68**	0,00	282.057,98	608.633,29	812.938,41	**12.148.952,85**	-10.445.323,17	**10.445.323,17**
2069	**1.541.367,12**	0,00	246.431,35	554.880,52	740.055,25	**11.079.747,16**	-9.538.380,04	**9.538.380,04**
2070	**1.388.540,98**	0,00	213.973,29	503.753,63	670.814,07	**10.061.707,57**	-8.673.166,59	**8.673.166,59**
2071	**1.245.154,19**	0,00	184.605,76	455.291,74	605.256,69	**9.095.879,19**	-7.850.725,00	**7.850.725,00**
2072	**1.111.190,73**	0,00	158.221,28	409.535,40	543.434,06	**8.183.317,47**	-7.072.126,73	**7.072.126,73**
2073	**986.593,26**	0,00	134.675,20	366.525,20	485.392,85	**7.325.038,91**	-6.338.445,65	**6.338.445,65**
2074	**871.325,89**	0,00	113.822,69	326.308,60	431.194,61	**6.522.153,00**	-5.650.827,11	**5.650.827,11**
2075	**765.354,45**	0,00	95.518,60	288.931,99	380.903,86	**5.775.705,47**	-5.010.351,02	**5.010.351,02**
2076	**668.564,62**	0,00	79.599,58	254.416,05	334.549,00	**5.086.195,81**	-4.417.631,19	**4.417.631,19**
2077	**580.699,63**	0,00	65.871,50	222.732,24	292.095,89	**4.453.114,53**	-3.872.414,90	**3.872.414,90**
2078	**501.408,05**	0,00	54.128,81	193.816,98	253.462,26	**3.875.236,34**	-3.373.828,29	**3.373.828,29**
2079	**430.249,28**	0,00	44.163,97	167.574,87	218.510,44	**3.350.700,46**	-2.920.451,18	**2.920.451,18**
2080	**366.783,20**	0,00	35.785,99	143.906,47	187.090,74	**2.877.561,46**	-2.510.778,26	**2.510.778,26**
2081	**310.549,47**	0,00	28.813,55	122.703,11	159.032,81	**2.453.668,42**	-2.143.118,95	**2.143.118,95**
2082	**261.044,87**	0,00	23.058,31	103.839,85	134.146,70	**2.076.532,69**	-1.815.487,82	**1.815.487,82**
2083	**217.689,34**	0,00	18.317,05	87.162,77	112.209,52	**1.743.084,17**	-1.525.394,82	**1.525.394,82**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - L - WF00-16VK-97W0-EGCW

Ano	Receitas					Despesas	Resultado	Aportes Cobertura Insuficiência
	Total	Patronal	Servidores	COMPREV	CRÉDITOS IRRF			
2084	**179.916,47**	0,00	14.409,74	72.512,35	92.994,39	**1.450.141,79**	-1.270.225,32	**1.270.225,32**
2085	**147.247,47**	0,00	11.202,82	59.744,95	76.299,70	**1.194.839,06**	-1.047.591,59	**1.047.591,59**
2086	**119.247,27**	0,00	8.594,80	48.721,07	61.931,41	**974.390,77**	-855.143,50	**855.143,50**
2087	**95.501,57**	0,00	6.504,63	39.300,65	49.696,29	**786.000,00**	-690.498,43	**690.498,43**
2088	**75.587,68**	0,00	4.855,10	31.337,80	39.394,79	**626.751,93**	-551.164,24	**551.164,24**

Segundo esta projeção, o volume de despesas com pagamento de benefícios do **Fundo em Repartição** será maior que a receita proveniente de contribuições deste grupo e eventuais saldos acumulados a partir de 2028. Logo, o Tesouro Municipal assumiria a diferença entre a arrecadação e a folha de benefícios mediante aportes para cobertura da insuficiência financeira do Fundo em Repartição.

Sendo o que tínhamos.

Thiago Fernandes
Atuário MIBA 100.002

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGOW

Consulta de Protocolos

Obtenha informações sobre o andamento do protocolo.

Número do protocolo *

8982

Ano *

2025

TIPO DO PROTOCOLO

GERAL

A verificação expirou. Marque a caixa de seleção novamente.

Não sou um robô

reCAPTCHA
Privacidade - Termos

8982/2025-001

Requerente: MARCELO SILVA SOUZA
Data da Abertura: 16/05/2025 às 9:44:47
Serviço: INFORMACAO (ENCAMINHAMENTO ESTUDOS AUTORAIS DELIBERACAO DO IMPS)

Em análise

Em andamento

Duração: 17 dias, 1 hora, 59 minutos

IMPS

Despachado em 16/05/2025 às 9:44:47
Duração: 0 minutos

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

IMPS

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JALES

Rua 07, nº 2072 - Centro - CEP 15700-014 - Fone: (17) 3632-6906
EMAIL: contato@impsjales.com.br - SITE: www.impsjales.com.br
CNPJ: 65.711.129/0001-53

Ofício: 114/2025

Jales, 29 de maio de 2.025.

Ao Excelentíssimo Senhor
Luís Henrique dos Santos Moreira
Prefeito do Município de Jales-SP.
E ao Sr.
Marcelo Silva Souza
Secretário Municipal da Fazenda.

Protocolo Geral
Processo: 9604 / 2025 - GER
Data / Hora: 30/05/2025 08:24:09h
Requerente: CLAUDIR BALESTREIRO
INFORMACAO - SOBRE REUNIÃO E PROPOSTA DE PLANO

Dep: GABINETE DA SECRETARIA DE FAZENDA

Assunto: Resposta ao Oficio n.º 187/2025 que encaminha estudos atuariais para deliberação de nosso conselho e solicita envio para análise de instituto de quaisquer projetos sobre atos normativos que envolvam esta autarquia.

Prezados Senhores,

Considerando o oficio de vossas senhorias n.º 187/2025 protocolado neste instituto sobre n.º 95/2025, apresentando a este instituto os estudos atuariais realizado pela empresa contratada pela prefeitura, e solicitando analise e deliberação do conselho deliberativo deste instituto.

Considerando também que no referido oficio é colocado vossa disposição para agendamento de reunião técnica, para exposição detalhada dos estudos e dirimindo eventuais dúvidas.

Vimos então solicitar de Vossas Excelências o agendamento desta reunião técnica, para apresentação do referido estudo.

Destacamos também que conforme os dispositivos previstos na Lei Complementar municipal n.º 17, de 13 de maio de 1993 com suas alterações posteriores, o Conselho Deliberativo deste instituto atua como atua como última instância de decisões de alçada das decisões relativas à gestão do RPPS, e dentro de suas incumbências destacamos:

> Art. 18.....
> (...)
> l) analisar e homologar as propostas de atos normativos relativos ao Instituto e ao funcionamento dos órgãos e instâncias consultivas e deliberativas;
> ...
> o) emitir parecer relativo às propostas de atos normativos com reflexos na gestão dos ativos e passivos previdenciários;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JALES
Rua 07, nº 2072 - Centro - CEP 15700-014 - Fone: (17) 3632-6906
EMAIL: contato@impsjales.com.br - SITE: www.impsjales.com.br
CNPJ: 65.711.129/0001-53

Alertamos também senhor prefeito, que a Portaria Federal MTP n.º 1467/2022 dentre suas diretrizes também traz os requisitos para alteração do plano de custeio do município e para aprovaçãc pelo ministério da previdência, dentre eles destacamos:

> Art. 55...
> (...)
> § 5º **A proposta do plano de equacionamento do deficit deverá ser apreciada pelo conselho deliberativo(grifo nosso)** e disponibilizada pela unidade gestora do RPPS, juntamente com o estudo técnico que a fundamentou, aos beneficiários do regime.

Informamos ain da que dentre das propostas apresentadas pelo atuário, foi apresentado o estudo de segregação de massa como opção para equacionamento do déficit atuarial, porém alertamos novamente que na mesma Portaria Federal, em seu artigo 58 regulamenta a forma de sua implementação e aprovação e dentre seus requisitos apresenta a necessidade da apreciação do estudo pelo conselho deliberativo deste instituto:

> Art. 58...
>
> (...)
>
> **VII - ter sido objeto de apreciação pelo conselho deliberativo do RPPS(grifo nosso)**

Sendo senhor prefeito, vimos solicitar de Vossa Excelência que no caso de edição de projetos de atos normativos que envolvam a gestão financeira e atuaria ou de alguma restruturação ou modificação da estrutura organizacional deste instituto que os projetos sejam encaminhados previamente este instituto, evitando assim possíveis problemas nos registros e apontamentos de irregularidades das normas juntos aos órgãos de controle e regulamentação(Ministério da Previdênc a) e como também pelo Tribunal de Contas.

Sem mais para o momento, esta unidade gestora(superintendência e colegiados) estão sempre a disposição para buscarmos soluções que assegurem a sustentabilidade do nosso sistema previdenciário, ao mesmo tempo que minimizem o impacto orçamentário para o Município, deixando nossos cumprimentos de estima e apreço.

Atenciosamente.

Claudir Balestreiro
Superintendente do IMPS de Jales.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, que a Prefeitura Municipal de Jales, por meio da Secretaria Municipal da Fazenda, **encaminhou ao Superintendente do Instituto Municipal de Previdência Social de Jales (IMPS)** os estudos atuariais elaborados pela empresa Brasilis Consultoria Atuarial, contendo **diversos cenários de equacionamento do déficit atuarial**, com especial destaque para o **Cenário IX – Segregação de Massa**.

O referido encaminhamento, formalizado via ofício, teve como objetivo dar conhecimento e promover a apreciação dos estudos pelo Conselho Deliberativo do IMPS, conforme dispõe o art. 59, inciso VII, da **Portaria MTP nº 1.467/2022**, que exige:

"ter sido objeto de apreciação pelo conselho deliberativo do RPPS".

Destaca-se que **essa apreciação possui natureza meramente formal**, não se tratando de aprovação deliberativa vinculante. O ato soberano de instituição da segregação de massa se concretiza **exclusivamente por meio de projeto de lei de iniciativa do Executivo Municipal**, nos termos dos princípios que regem as normas de Direito Financeiro e Previdenciário.

Diante da **ausência de resposta formal por parte do Instituto** até o presente momento, e com o objetivo de manter a transparência, a Prefeitura decidiu realizar **audiência pública em 02 de junho de 2025**, com o propósito de apresentar os estudos ao público, ampliar o debate e reforçar o compromisso do Município com a busca de uma solução técnica e institucional para o equilíbrio financeiro do RPPS.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Importante destacar que a medida proposta é fruto de exigência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que, ao julgar as contas do município referentes aos exercícios de 2020, 2021 e 2022 (TC-004438.989.20, TC-002926.989.21 e TC-002321.989.22), apontou de forma reiterada que:

> "o plano de equacionamento do déficit atuarial do regime não está compatível com a capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo." *(CRISTIANA DE CASTRO MORAES – Relatora – TC-003891.989.22-0)*

Reforça-se, portanto, que a adoção da segregação de massa é **ato técnico, legal, legítimo e necessário**, com base na Portaria MTP nº 1.467/2022 e na legislação vigente, visando à adequação do RPPS às recomendações do TCE e à sustentabilidade financeira e atuarial do Município.

Nada mais havendo a registrar, firmo a presente certidão para os devidos fins.

Jales, 30 de maio de 2025.

Marcelo Silva Souza
Secretário Municipal da Fazenda
Prefeitura Municipal de Jales

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

SEGUNDA CÂMARA **SESSÃO DE 22/10/2024** **ITEM 082**

82 TC-003891.989.22-0
Prefeitura Municipal: Jales.
Exercício: 2022.
Prefeito(a): Luís Henrique dos Santos Moreira.
Advogado(s): Marcus Vinicius Ibanez Borges (OAB/SP nº 214.215).
Procurador(es) de Contas: José Mendes Neto.
Fiscalizada por: UR-11.
Fiscalização atual: UR-11.

Aplicação total no ensino	26,23% (mínimo 25%)
Pessoal da Educação Básica – Novo FUNDEB	99,13% (mínimo 70%)
Total de despesas do Novo FUNDEB	100% no exercício
Investimento total na saúde	23,60% (mínimo 15%)
Transferências à Câmara	Em ordem
Despesa de Pessoal	45,17% (máximo 54%)
Encargos sociais	Recolhimento parcial ao RPPS. Acordo firmado no mesmo exercício. Relevado.
Subsídios dos Agentes Políticos	Em ordem
Precatórios e Obrigações Judiciais	Em ordem
Resultado da execução orçamentária	Superávit de R$ 803.410,10 (0,40%)
Resultado financeiro	Positivo em R$ 21.352.391,99

	2021	2022	Resultado
IEGM	**C+**	**C+**	
i-Planej	C	C	Investimento, Pessoal, Programas e Metas.
i-Fiscal	C+	B	Dívida Ativa, Dívida Fundada, Execução Orçamentária, Finanças, Gestão Fiscal, Precatórios, Transparência.
i-Educ	C+	B	Dados gerais educação, Avaliação Escolar, Conselho Municipal de Educação, Infraestrutura, Material Escolar, Merenda, Mínimo Constitucional, Plano Municipal de Educação, Professor, Transporte Escolar, Uniforme, Vagas.
i-Saúde	B	C+	Atenção Básica, Atendimento à População, Campanha, Conselho Municipal de Saúde, Equipe de Saúde da Família, Infraestrutura, Mínimo Constitucional, Profissionais da Saúde.
i-Amb	B	B	Contingenciamento, Infraestrutura, IQR, Plano Municipal de Saneamento Básico, Programa Ambiental, Resíduos Sólidos.
i-Cidade	C	C	Contingenciamento, Infraestrutura, Pessoal, Plano de Mobilidade Urbana, SIDEC (DEFESA CIVIL).
i-Gov-TI	C	B+	Diretrizes de TI, Pessoal, Sistema AUDESP, Transparência.

A- Altamente Efetiva / B+- Muito Efetiva / B – Efetiva / C+- Em fase de adequação / C- Baixo nível de adequação

Porte Médio
Região Administrativa de São José do Rio Preto
Quantidade de habitantes: 48.766[1]

Em exame as Contas Anuais do Exercício de 2022 da Prefeitura Municipal de **JALES,** cuja fiscalização *in loco* esteve a cargo da Unidade Regional de Fernandópolis – UR-11.

[1]Dados do relatório Smart 2022.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

O município teve acompanhamento quadrimestral (ev. 24 e 48) e o relatório consolidado do encerramento do exercício, constante dos eventos 67.215 a 67.218, foi subsidiado pelo resultado do processo TC-006987.989.22-5[2] – Fiscalizações Ordenadas.

Na instrução do processo principal, a fiscalização elaborou quadro sintético para demonstrar a situação dos principais vetores constitucionais e legais apreciados por esta e. Corte, de acordo com o apurado nas atividades de inspeção, bem como de outros aspectos relevantes no contexto das Contas Municipais:

ITENS	
CONTROLE INTERNO	Irregular
HOUVE ADESÃO AO PROGRAMA DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DA LEI COMPLEMENTAR Nº 178/2021?	Não
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício (superavit)	0,40%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	7,01%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	Favorável
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	Desfavorável
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	Sim
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	Parcialmente
ENCARGOS – Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	Sim
RPPS – Relação da situação do RPPS com as contas do Ente	Desfavorável
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	Sim
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	45,17%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, incisos I e III, da LRF?	Sim
ENSINO - Aplicação na Educação - artigo 212 da CF (limite mínimo de 25%)	26,23%
ENSINO - Recursos do Fundeb aplicados no exercício (limite mínimo de 90%)	100%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício subsequente?	Prejudicado
ENSINO - Fundeb aplicado na remuneração dos Profissionais da Educação Básica (limite mínimo de 70%)	99,13%
ENSINO – Complementação da União Vaat ao Fundeb aplicada em despesas de capital no percentual mínimo de 15%?	Não se aplica
ENSINO – Complementação da União Vaat ao Fundeb aplicado em Educação Infantil conforme Indicador para Educação Infantil (IEI)?	Não se aplica
SAÚDE - Aplicação na Saúde (limite mínimo de 15%)	23,60%

Na conclusão dos seus trabalhos, foram registradas as seguintes ocorrências de desconformidades:

A.4. FISCALIZAÇÕES ORDENADAS DO PERÍODO

- Foram registradas ocorrências que indicam que as irregularidades inicialmente levantadas pela Fiscalização Ordenada I/2022, sobre o tema Resíduos Sólidos, remanesceram e se agravaram;
- Ocorrências levantadas pela Fiscalização Ordenada V/2022, sobre o tema Creches, remanesceram e se agravaram.

A.5. FISCALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

- Falta de implantação da nova estrutura legalmente instituída para o desempenho efetivo do Sistema de Controle Interno no município;

[2] Fiscalizações ordenadas: resíduos sólidos (ev. 12); e creches (ev. 32).

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

- Não houve elaboração do planejamento anual das atividades do Sistema de Controle Interno;
- Falta de elaboração de Relatório do Sistema de Controle Interno que incluísse o período de janeiro a abril de 2022, mas tão somente análises auxiliares de acompanhamento;
- As atribuições de Controlador Interno não são executadas de forma exclusiva o que, somado ao ambiente de trabalho, à estrutura física e disponibilidade de recursos insuficientes, prejudicou o desempenho de suas atividades;
- Temas como o Ensino e a Saúde são tratados unicamente em função do cumprimento dos percentuais mínimos legais, não há avaliação de efetividade da aplicação dos recursos públicos ou realizada qualquer avaliação finalística dos resultados alcançados;
- Parte das recomendações da Controladoria Interna ainda não foram implementadas, com destaque para o não pagamento integral dos encargos previdenciários para cobertura do déficit atuarial.

B.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M)

- No procedimento de validação desta dimensão do IEG-M, constatamos falhas que ensejaram retificações nos dados inicialmente encaminhados, denotando falta de fidedignidade na prestação das informações;
- O levantamento realizado por esta dimensão do IEG-M indica a necessidade de correções e melhorias no assunto;
- A incorporação dos planos setoriais no planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA) ocorre de forma muito genérica, impossibilitando a correlação com programas ou ações das peças orçamentárias, principalmente em relação às metas e indicadores definidos;
- A falta de uma correlação direta e clara entre as peças orçamentárias e os instrumentos de planejamento de cada área de atuação governamental inviabiliza a demonstração de que as ações planejadas para cada segmento foram incorporadas no planejamento orçamentário;
- Adoção de programas genéricos, inviabilizando a sua vinculação clara com um problema social ou uma situação a ser corrigida, seja ela uma demanda oriunda dos órgãos setoriais ou da população interessada (público-alvo);
- A forma de idealização de programas de governo dificulta, quando não inviabiliza, a aferição de resultados, principalmente quando se está diante de programas de natureza finalística;
- Não foram contemplados, pelo menos de forma clara, programas e ações destinados a atender à demanda social manifesta na área da Educação Infantil, já apontada em exercícios anteriores pelo TCESP;
- Parte dos indicadores estabelecidos para as metas previstas no PPA inviabilizam a análise de seu atendimento;
- As ações vinculadas aos Programas de Governo, mais especificamente quanto àqueles classificados como de natureza finalística, utilizam unicamente a medida de percentual para a sua aferição;
- Os programas finalísticos não articulam um conjunto de ações que, somadas, concorrem para um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou necessidade da sociedade;
- Inviável atestar a adequação do sistema de custos para a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, nos termos do artigo 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000;
- O resultado não é apurado em relação ao nível de atingimento de uma meta física, mas sim em relação ao consumo de recursos, mais especificamente, através do aspecto financeiro, avaliando o quanto da dotação disponível se utilizou, inclusive para as ações vinculadas aos programas de natureza finalística.

B.2. ADEQUAÇÃO FISCAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Fiscal/IEG-M)

- No procedimento de validação desta dimensão do IEG-M, constatamos falhas que ensejaram retificações nos dados inicialmente encaminhados, denotando falta de fidedignidade na prestação das informações;
- O levantamento realizado por esta dimensão do IEG-M indica a necessidade de correções e melhorias no assunto.

B.3. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M)

- No procedimento de validação desta dimensão do IEG-M, constatamos falhas que ensejaram retificações nos dados inicialmente encaminhados, denotando falta de fidedignidade na prestação das informações;
- O levantamento realizado por esta dimensão do IEG-M, reforçado pelo processo de validação, indica a necessidade de correções e melhorias no assunto.

B.3.1.6.1. Ideb

- Na última avaliação do Ideb (2021) a pontuação alcançada pelo município (6,7) ficou abaixo da meta estabelecida no Plano Municipal de Educação (7,4), inclusive regredindo o desempenho para o mesmo patamar de 2011, situação que aumentou a dificuldade para o cumprimento da Meta nº 7 do PME;
- A gestão não se mostrou plenamente eficaz na eliminação das disparidades de desempenho entre as escolas, especialmente quanto àquelas que obtiveram o pior rendimento no início da execução do Plano Municipal de Educação, situação que se manteve e até foi agravada na última avaliação, comprometendo a Estratégia nº 7.6 do PME.

B.3.1.6.2. Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb

- Segundo o critério “Todos pela Educação”, em Matemática, 18% dos estudantes foram classificados no nível de insuficiência de aprendizagem, e em Língua Portuguesa, 25,98%.

B.3.1.6.3. SISTEMA PRÓPRIO DE AVALIAÇÃO

- Não foi implementado sistema próprio de avaliação no município, boa prática que contribui na tomada de decisões em face do desempenho dos estudantes em avaliações periódicas, agilizando a identificação de deficiências na aprendizagem.

B.3.1.7. FISCALIZAÇÕES OPERACIONAL E DE CONFORMIDADE

- Não foi estabelecido um cronograma com metas temporais para a execução das ações direcionadas a atingir os objetivos do Plano Municipal de Educação (PME), dificultando o seu monitoramento;
- As três peças de planejamento (PPA, LDO e LOA) não possuem indicadores adequados para a aferição do cumprimento de metas.

B.3.1.7.1. IEG-M

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

- Foram identificados pontos sensíveis na dimensão educacional do IEG-M (i-Educ), com destaque para a quantidade de alunos em cada classe, as dimensões mínimas da sala de aula e a formação em curso de licenciatura na área de conhecimento em que cada professor atua;
- Atendimento parcial da Meta nº 4 do PME, pois não houve comprovação sobre cursos ou aperfeiçoamentos realizados para o atendimento escolar de alunos com TOD, TEA ou outro transtorno de aprendizagem;
- Nenhuma escola dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental possuía o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB vigente, situação agravada pelas condições estruturais encontradas pela Fiscalização;
- Falta de sistemas eficazes de segurança que impedissem a entrada de estranhos no recinto escolar, como proteção por grades ou muros de altura suficiente em todo o entorno da unidade escolar;
- Das sete escolas visitadas, cinco possuíam alguma desconformidade aparente nas condições de acessibilidade para pessoas com deficiência.

B.3.1.7.3. VISITA ÀS UNIDADES ESCOLARES E AO ALMOXARIFADO

- Baixo nível de investimento em obras de construção, reforma e manutenção de prédios públicos destinados aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, situação agravada pelas condições de conservação das unidades visitadas pela Fiscalização;
- Encontrados veículos escolares com necessidade de manutenção e adequações para utilização em condições de segurança;
- Identificados problemas estruturais e de conservação nos prédios das unidades escolares, indicando necessidades prementes de reformas ou manutenções direcionadas a garantir as condições de uso dos imóveis;
- Falta de segurança e monitoramento do acesso de pessoas estranhas ao ambiente escolar;
- Problemas em pisos e revestimentos, que incluem buracos, elevações, desníveis, deslocamento de canaletas de escoamento de águas pluviais, questões capazes de gerar risco de acidentes;
- Filtros de bebedouros utilizados pelos alunos com o registro de última troca de refil realizada há mais de 12 meses ou sem a identificação da data do último procedimento, além de serem encontrados sinais de condições impróprias para o uso;
- Problemas nos sistemas de ventilação no ambiente da cozinha e de refrigeração nas salas de aula;
- Falta de espaço útil e dificuldade de organização do ambiente das bibliotecas das unidades escolares;
- Dificuldade de organização e alocação de espaço para a área administrativa, tais como a diretoria, a coordenação e a secretaria.

B.3.1.7.4. MEDIDAS DE INCENTIVO E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

- Não foram identificadas medidas de incentivo e de valorização dos Profissionais da Educação que reconhecessem os resultados e a frequência dos professores.

B.3.1.8. MONITORAMENTO

- Não foram observados diálogos sobre a política pública em exame, especialmente discussões em relação ao cumprimento de metas e indicadores estabelecidos no PME, aspecto de efetividade que se mostrou prejudicado no acompanhamento realizado pelo Conselho Municipal de Educação;
- O tema “ensino” foi tratado unicamente em função do cumprimento dos percentuais mínimos legais, não sendo realizada a avaliação da efetividade da aplicação dos recursos públicos pelo Sistema de Controle Interno;
- A Prefeitura Municipal de Jales não forneceu recursos orçamentários para o CAE, contrariando o inciso I do artigo 36 da Resolução FNDE nº 26/2013;
- O CAE não comunicou os órgãos de controle sobre as irregularidades observadas;
- O Cacs Fundeb realizou reuniões tratando somente de temas administrativos e sobre as prestações de contas dos gastos realizados, não sendo avaliada a efetividade da aplicação dos recursos públicos ou discutido o cumprimento dos objetivos do PME;
- O monitoramento da política pública analisada não foi divulgado nos *sites* da prefeitura ou da câmara municipal, em inobservância do princípio da transparência e da legislação correlata em vigor.

B.3.1.9. AVALIAÇÃO

- Ausência de discussões e propostas de medidas para melhorar o desempenho no Ideb e nos demais indicadores de aferição de qualidade de ensino;
- Carência de avaliações ou propostas direcionadas para diminuir as diferenças de desempenho entre as escolas do município;
- Não foram abordadas possibilidades de melhorias futuras para alcance das metas do PME ainda não alcançadas nem sobre as falhas que foram anunciadas no decorrer desta instrução;
- Falta de revisões do PME e alterações da legislação para readequação de deficiências e distorções do plano no decurso de sua execução;
- O resultado da avaliação da política pública não foi divulgado no *site* da prefeitura municipal, em desatendimento do princípio da transparência e da legislação correlata em vigor.

B.3.1.10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Transcorrido 80% do período de vigência do PME, que se encerra em 2024, observa-se que as ações da Administração Pública para solucionar os problemas apontados no diagnóstico têm se mostrado insuficientes;
- Em detrimento de sua previsão no PME (Meta 6, Estratégia 6.5), sequer foi elaborado um projeto de implantação da Educação em Tempo Integral no município;
- O diagnóstico referente à necessidade de construção de novos prédios escolares para atendimento da demanda estudantil e a manutenção dos edifícios já existentes, não foi priorizada, distanciando o município do cumprimento de algumas metas estabelecidas;
- Os monitoramentos realizados concomitantemente à execução da política pública, a cargo da SME, dos conselhos e do Controle Interno se revelaram superficiais, especialmente a respeito da avaliação de resultados;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

- O Plano Municipal de Educação não dispõe de cronograma com metas temporais e as peças de planejamento, de indicadores adequados para aferição do cumprimento dos programas e ações, prejudicando o acompanhamento da evolução da implementação da política pública;
- Foram identificadas medidas que podem contribuir na consecução das metas e objetivos do Plano Municipal de Educação, mas que, no entanto, não foram adotadas pelos gestores;
- Foram relacionadas boas práticas que podem contribuir com o desenvolvimento estudantil e com o alcance da equidade na Educação, que não são aplicados pela Administração Pública de Jales.

B.3.2. POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

- Demanda reprimida de vagas na Rede Municipal de Educação Infantil, tendo em vista a existência de lista de espera para alunos de 0 a 3 anos de idade;
- Houve aumento da demanda e maior déficit de vagas na Educação Infantil para o exercício em análise, quando comparado com o exercício imediatamente anterior;
- Todas as turmas de Creche da rede municipal possuem mais de 13 alunos por turma, contrariando recomendação do item 4.2.2 do Parecer do CNE nº 8/2010;
- Salas de aula com área inferior a 2,30 m^2 por aluno, indicando a ocorrência de superlotação de boa parte das salas de aula e contrariando a recomendação do CNE em seu Parecer nº 8/2010;
- Identificados estabelecimentos que oferecem creche sem pátio infantil, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, no item 4.3.1 do Parecer nº 8/2010.

B.3.3. POLÍTICA PÚBLICA DE MANUTENÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL

- Foram identificados 14 estudantes com renda familiar incompatível com o recebimento de benefício social, dos quais três eram dependentes de servidores da Educação, em ofensa ao princípio da moralidade.

B.4. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA SAÚDE (i-Saúde/IEG-M)

- No procedimento de validação desta dimensão do IEG-M, foram identificadas falhas que ensejaram retificações nos dados inicialmente encaminhados, denotando falta de fidedignidade na prestação das informações;
- O levantamento realizado por esta dimensão do IEG-M, reforçado pelo processo de validação, indica a necessidade de correções e melhorias no assunto;
- O Conselho Municipal de Saúde (CMS) participou da elaboração do Plano Municipal de Saúde (PMS/2022-2025) aprovando apenas as propostas da gestão, deixando de atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, propondo estratégias para a sua aplicação nos setores públicos e privados (quinta diretriz prevista na Resolução CNS nº 453/2012);
- Não houve treinamento específico para os membros do CMS, conforme Diretrizes Nacionais para Capacitação de Conselheiros de Saúde, estabelecidas pelo MS;
- A aprovação do Plano Municipal de Saúde 2022-2025 pelo Conselho Municipal da Saúde ocorreu após a aprovação do PPA 2022-2025, denotando falta de compatibilidade com o planejamento orçamentário;
- O CMS aprovou extemporaneamente a Programação Anual de Saúde (PAS) de 2022, contrariando o artigo 36, § 2º, da Lei Complementar nº 141/2012;
- Dentre as 51 metas passíveis de programação, 13 inicialmente planejadas não foram atingidas (25,49%) enquanto outras 04 (7,84%) não foram programadas para o exercício de 2022;
- Não foram atingidas 09 das 22 metas inseridas no Sispacto (2017-2021), revelando ineficácia na execução da política pública;
- Parte das unidades de saúde que abrigam Estratégia de Saúde da Família não possuem AVCB, contrariando o Decreto Estadual nº 63.911/2018 e a Lei nº 6.437/1977;
- Em visita às ESF do município, foram encontradas as seguintes impropriedades:
- Existência de microáreas de atendimento descobertas, necessitando de novos agentes comunitários de saúde para o atendimento da demanda;
- Salas de enfermagem compartilhadas com áreas de consulta médica;
- Aparelho DEA estava em conserto em algumas das ESF e não existia o reserva;
- Falta de registro de controle e testagem diário do carrinho de emergência;
- Ausência de certificado de calibração vigente do desfibrilador;
- Falta de banheiro para funcionários em uma das ESF;
- Dificuldades para realizar o agendamento e encaminhamento de pacientes ao AME e ao CEO;
- Número reduzido de visitas por agentes comunitárias de saúde;
- Em uma ESF a farmácia encontrava-se fechada havia cerca de 20 dias;
- Encontrada vacina para Hepatite “A” vencida armazenada na geladeira;
- Não há instrumentos formais utilizados para o planejamento e para o acompanhamento das políticas públicas da área de Saúde;
- O levantamento das demandas da população é realizado informalmente e as medidas para atendê-las se limitam à estreita definição do orçamento público.

B.4.1.1. PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES – PNI

- Não foi atingida a meta de vacinação da maioria dos imunobiológicos que fazem parte do Programa Nacional de Imunizações (PNI);
- No Plano Municipal de Saúde de 2022 a 2025 não foram contemplados diretrizes, objetivos, metas e indicadores concernentes ao Programa Nacional de Imunizações;
- Necessidade de elaboração de um plano de ação visando ao cumprimento integral das metas fixadas no Programa Nacional de Imunizações (PNI).

B.5. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (i-Amb/IEG-M)

- No procedimento de validação desta dimensão do IEG-M, foram identificadas falhas que ensejaram retificações nos dados inicialmente encaminhados, denotando falta de fidedignidade na prestação das informações;
- O levantamento realizado por esta dimensão do IEG-M, reforçado pelo processo de validação, indica a necessidade de correções e melhorias no assunto.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

B.5.4. ANÁLISE DO PLANEJAMENTO E DOS PLANOS MUNICIPAIS

- Adoção de programas de governo genéricos, sem uma vinculação direta com os objetivos dos planos setoriais ou com as situações que deseja corrigir;
- Distanciamento entre o planejamento setorial e os planos orçamentários, que não apresentam um direcionamento claro de recursos, ações e insumos para a solução dos problemas identificados;
- Nas peças orçamentárias foram identificadas basicamente ações voltadas para a manutenção do setor, o que se afasta de providências que levariam a um resultado finalístico;
- Falta de implantação do Sistema de Controle de Transporte de Resíduos (CTR) on-line, comprometendo o atendimento da Meta 15 do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS);
- Existência de pontos de descarte irregular de lixo, o que também compromete o alcance dos objetivos da Meta nº 15 do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS).

B.5.4.1. VERIFICAÇÕES QUANTO AO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

- A única máquina de processamento de Resíduos da Construção Civil (RCC) disponível no local se encontra inoperante desde novembro de 2022;
- A Fiscalização, referente ao 1º quadrimestre do exercício em análise, constatou que referido equipamento estava inoperante também em 26 de maio de 2022;
- Indícios do descumprimento da cláusula sexta do Termo de Contrato de Concessão, que atribui à concessionária a obrigação de conservar todos os equipamentos, realizando todos os consertos e reparos que se fizessem necessários para o bom e regular funcionamento dos serviços públicos concedidos;
- Ausência de equipamento substituto para a Usina de Processamento de Resíduos de Construção Civil, impondo que os trabalhos sejam realizados de forma manual e sem a utilização de esteiras para a separação dos recicláveis;
- Não foi exigida, de nenhum dos veículos que adentravam no local, a guia emitida através do Sistema de Controle de Transporte de Resíduos (CTR), comprometendo o atendimento da Meta 15 do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS);
- Ausência de relatórios anuais, discutidos ou publicados, que avaliem indicadores de eficácia e eficiência da execução das políticas de manejo, comprometendo o cumprimento da meta de se atingir a reciclagem de 100% de Resíduos da Construção Civil (RCC), cujo prazo previsto para o seu alcance era o ano de 2019.

B.5.4.2. VERIFICAÇÕES QUANTO AO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS LENHOSOS DECORRENTES DA PODA DE ÁRVORES

- No momento da fiscalização havia quantidade de funcionários inferior à utilizada para o dimensionamento dos custos, sinalizando possível descumprimento de fatores determinantes que justificaram o cálculo e a concessão do subsídio;
- O único Picador/Triturador de Madeira (Poda de Árvores) passível de utilização pela Usina de Processamento de Resíduos Lenhosos estava inoperante no momento da vistoria;
- A rede elétrica do local não possui capacidade para suportar o funcionamento do equipamento Picador/Triturador de Madeira (Poda de Árvores) adicional;
- Descumprimento da cláusula sexta do Termo de Contrato de Concessão, que atribui à concessionária a obrigação de conservar todos os equipamentos, realizando todos os consertos e reparos que se fizessem necessários para o bom e regular funcionamento dos serviços públicos concedidos;
- Acúmulo de resíduos lenhosos sem o devido processamento, se avolumando em proporção bastante significativa no aterro municipal, além de gerar risco iminente de incêndio;
- Comprometimento da Meta nº 11 do PGIRS, indicando a ineficácia no cumprimento das ações nºs 11.4 e 11.5 desse objetivo, que representaria a redução de resíduos úmidos dispostos em aterro sanitário.

B.5.4.3. VERIFICAÇÕES QUANTO AO GERENCIAMENTO DO ATERRO SANITÁRIO

- Falta de cobertura regular e diária do solo, o que confere ao local aspectos de exposição de resíduos a céu aberto, sinalizando o desatendimento ao item nº 11.2 do Termo de Referência do Contrato, além de contrariar a definição de disposição final ambientalmente adequada e esbarrar na proibição do artigo 47, inciso II, da Lei nº 12.305/2010;
- Indícios de descumprimento do item nº 11.3 (Sistema de Drenagem de Chorume) e nº 11.5 (Gerenciamento das Águas Pluviais) diante da constatação de acúmulo de água no perímetro do aterro sanitário, cujo forte odor, atraindo aves silvestres (urubus), indicava a sua mistura com chorume;
- Presença de aves silvestres no perímetro do aterro sanitário, inclusive sobre as células, indicando o descumprimento do item nº 11.10 (Controle de Vetores, Animais Peçonhentos e Aves) do Termo de Referência do Contrato;
- Ineficácia do controle gerencial sobre a qualidade dos resíduos dispostos nas células do aterro sanitário, indicando o descumprimento do item 11.17 (Gerenciamento Operacional) do Termo de Referência do Contrato;
- Falta de controle efetivo do fluxo de veículos e de visitantes no perímetro do aterro sanitário, indicando o descumprimento do item 11.17 (Gerenciamento Operacional) do Termo de Referência do Contrato;
- Deficiência no controle e na coibição de acesso e atividades de catadores irregulares, indicando o descumprimento do item 11.17 (Gerenciamento Operacional) do Termo de Referência do Contrato;
- As falhas encontradas na Fiscalização Ordenada nº I/2022 remanesceram e se ampliaram indicando deficiências no gerenciamento, na manutenção e na operação do Aterro Sanitário do Município de Jales e na execução da política pública.

B.6. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA (i-Cidade/IEG-M)

- No procedimento de validação desta dimensão do IEG-M, constatamos falhas que ensejaram retificações nos dados inicialmente encaminhados, denotando falta de fidedignidade na prestação das informações;
- O levantamento realizado por esta dimensão do IEG-M, reforçado pelo processo de validação, indica a necessidade de correções e melhorias no assunto.

B.7. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (i-Gov TI/IEG-M)

- O levantamento realizado por esta dimensão do IEG-M, reforçado pelo processo de validação, indica a necessidade de correções e melhorias no assunto.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

C.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- O total de alterações orçamentárias atingiu 59,75% da despesa fixada inicial, sendo que os créditos adicionais suplementares responderam por 35,81% e os especiais por 23,94% de toda essa movimentação no orçamento;
- Os créditos adicionais suplementares, abertos por decreto e valendo-se de autorização genérica da LOA, atingiram 9,59%, excedendo o índice inflacionário acumulado do período, o que denota insuficiente planejamento das ações governamentais, em afronta ao § 1º do artigo 1º da LRF e aos Comunicados SDG nº 29/2010 e nº 32/2015.

C.1.1.3. EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS - TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS

- A forma de contabilização adotada pelo órgão não permite a segregação dos saldos de exercícios anteriores, impossibilitando a separação dos valores destinados a despesas de custeio daqueles destinados a investimentos (despesas de capital);
- Não foram abertas contas bancárias, conforme o exercício da emenda, para a movimentação das transferências especiais (§ 2º do artigo 7º da Portaria Interministerial ME/Segov nº 6.411/2021);
- Não foram encontradas despesas com pessoal e encargos sociais relativos a pessoal ativo ou inativos com vínculo direto com a prefeitura, porém identificamos o montante de R$ 584.576,96 aplicado no custeio de despesas de pessoal decorrente de contratos de terceirização.

C.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

- A Dívida de Longo Prazo esteve em constante elevação nos últimos cinco anos, um dos motivos é a conversão de dívidas de curto prazo em dívidas de longo prazo, através de frequentes parcelamentos, questão que se encontra no campo de gestão do responsável pelo órgão;
- No exercício fiscalizado a administração não repassou integralmente os valores devidos ao RPPS, o que ensejou novo Termo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários.

C.1.7. ENCARGOS

- Repasse insuficiente de recursos destinados ao custeio do Plano de Amortização do Déficit Atuarial previsto em lei para o exercício (insuficiência da ordem de R$ 5.927.213,66).

C.1.7.1.1 DA CONVERSÃO DE PASSIVO DE CURTO PRAZO EM PASSIVO DE LONGO PRAZO

- Conversão de passivo de curto prazo em passivo de longo prazo, situação provocada pelo não recolhimento do aporte para a cobertura do passivo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social em tempo oportuno e seu subsequente parcelamento (Valor do Principal: R$ 5.927.213,66, atualizado para R$ 6.166.666,35);
- O montante de R$ 5.927.213,66, valor principal objeto do parcelamento mencionado, supera consideravelmente o superavit orçamentário verificado no período, indicando que o déficit foi financiado pela ausência do integral pagamento das obrigações do exercício.

C.1.7.3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA

- Não houve integral cumprimento das medidas indicadas na Avaliação Atuarial para equacionamento do déficit atuarial, especialmente em relação aos aportes periódicos;
- O plano de equacionamento do déficit atuarial do regime não está compatível com a capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo, posto que o valor a ser repassado no exercício reverteria o resultado positivo para um déficit no período.

C.1.10. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS

- Inconsistências identificadas no Quadro de Pessoal informado junto ao Sistema Audesp - Fase III (Atos de Pessoal), situação reincidente e sem providências direcionadas à sua correção.

C.1.10.2. GRATIFICAÇÃO À EQUIPE DE VISITAÇÃO PARA REDUÇÃO DE CRIADOUROS DE AEDES AEGYPTI

- Foi despendido o montante de R$ 166.732,21 para pagamento de gratificação de 25% sobre a remuneração de equipe de visitação a 14 servidores não integrantes do referido grupo, em desacordo com o artigo 1º da Lei Municipal nº 1.925/1991;
- Nove servidores integrantes da equipe de visitação não receberam a gratificação de 25% sobre a remuneração no exercício;
- Necessidade de revisão da Lei Municipal nº 1.925/1991, que criou a gratificação em análise, pois vincula o recebimento do benefício à participação de equipes compostas em convênio com a Sucen, extinta por meio do Decreto Estadual nº 66.664/2022.

C.1.10.3. ALTERAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA JORNADA DO CARGO DE AGENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

- Alteração na carga horária do cargo de Agente de Educação Infantil, com seis horas de livre escolha, antes concedida apenas para profissionais do magistério, titulação não exigida para o mencionado cargo;
- A mudança acarretou a necessidade de contratação de novos profissionais para o atendimento da demanda de apoio aos cuidados com as crianças nas unidades escolares;
- Falta de controle sobre a execução das atividades pertinentes às seis horas de livre escolha dos Agentes de Educação Infantil;
- Abertura de Notícia de Fato/Representação junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo, sob o nº 43.0311.0000956/2022-0 (Processo SEI nº 29.0010220213.2022-54) para a avaliação da regularidade na alteração da jornada do cargo.

C.1.10.4. DADOS DIVERGENTES INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP –FASE III

- Foram constatadas 464 divergências nos dados informados pela origem ao Sistema Audesp - Fase III.

C.1.10.5. DESVIO DE FUNÇÃO

- Há 16 servidores em função diversa daquela para o qual foi investido, desatendendo o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

C.1.10.6. ACÚMULO DE FÉRIAS

- Existência de grande número de servidores municipais com acúmulo de férias, favorecendo o desgaste funcional e o surgimento de possíveis demandas trabalhistas e passivos futuros.

C.2.1. DÍVIDA ATIVA

- A inscrição de débitos em Dívida Ativa cresceu 57,05% em relação ao exercício anterior, revelando que a opção pelo pagamento pontual não tem sido atrativa, levando o contribuinte a protelar a sua quitação;
- Aumento de 37,83% no montante da Dívida Ativa em relação ao exercício anterior, revelando a ineficácia das ações de recuperação dos ativos;
- O percentual de arrecadação em relação ao estoque da Dívida Ativa foi de 14,79%, mostrando-se 22,09% menor do que o nível de recebimento do ano anterior, o que reforça a ineficiência dos métodos de recuperação adotados no período;
- O estoque da Dívida Ativa é composto, em grande parte (54,79%), por valores lançados no exercício de 2017 ou anteriores, o que o torna um ativo de difícil recuperação, por contar com mais de cinco anos de lançamento;
- Avaliando apenas as dívidas declaradas nas situações “Dívida Ativa” e “Protestado”, verificamos que 2,72% do saldo contabilizado tem como exercício de lançamento o ano de 2017 ou anterior, impossibilitando a recuperação do ativo em virtude da prescrição;
- Possível ocorrência de prescrição de valores inscritos em Dívida Ativa durante o exercício examinado no montante de R$ 93.527,46;
- Os procedimentos de “Aglutinação de Exercícios” e “Aglutinação de Dívidas”, para fins de aferição da viabilidade da execução fiscal, indicam que diversos valores na situação “Dívida Ativa” ou “Protestado”, com mais de três anos de lançamento poderiam estar assegurados em execuções fiscais;
- A avaliação da Fiscalização demonstrou que a execução em conjunto dos exercícios de 2017, que prescrevia no exercício fiscalizado, até 2020, que completava dois anos de lançamento, possibilitaria a recuperação de grande parte da Dívida Ativa que estaria prescrevendo no período.

C.2.2.1. TESOURARIA

- Foram identificadas 14 contas bancárias vinculadas ao CNPJ do Poder Público Municipal para as quais não há registro contábil nos sistemas do órgão, não são consideradas no momento da elaboração dos balanços ou das conciliações bancárias;
- O órgão não possui acesso autorizado para a consulta de saldos ou de extratos de tais contas bancárias, ainda que estejam vinculadas ao CNPJ de sua responsabilidade.

C.2.2.2.1. FROTA VEICULAR DO MUNICÍPIO

- Os veículos, incluindo de pequeno porte e máquinas pesadas, continuam sendo mantidos ao relento, deste modo acelerando o seu processo de deterioração e depreciação;
- A subutilização de patrimônio público (seis motocicletas adquiridas para a Secretaria Municipal de Saúde) e sua deterioração precoce reforça a necessidade de aprimoramento das fases de diagnóstico e levantamento do planejamento dos programas e políticas públicas;
- O Gestor de Frota e os demais servidores não tiveram condições de esclarecer, individualmente, o motivo da suspensão do uso de cada veículo, ressaltando que alguns deles já se encontravam sem utilização há muito tempo;
- Não foi elaborado um levantamento detalhado que fosse capaz de indicar a viabilidade ou não da recuperação dos bens patrimoniais, ou ainda as condições de cada um dos veículos e máquinas sem utilização;
- No local onde se encontravam os veículos e máquinas não se tem condições de constatar, com nível de certeza satisfatório, qual o problema mecânico que cada equipamento apresenta ou se há possibilidade de recuperação;
- Falta de elaboração de estudo do dimensionamento técnico da frota e de suas condições;
- Inexistência de planos de manutenção preventiva e de recuperação dos veículos e equipamentos do patrimônio municipal;
- Necessidade de melhorias nas condições de guarda e estacionamento dos veículos e equipamentos, evitando o seu desgaste e deterioração precoce;
- Ausência de sistemas de segurança e monitoramento nos locais de guarda e estacionamento;
- Falta de controle de acesso de pessoas e veículos nas garagens, de preferência com portaria.

C.2.2.2.2.1. OCUPAÇÃO IRREGULAR DE TERRENO

- Terreno municipal, onde deveria ser instalado sistema de lazer, sendo ocupado por empresa de construção civil particular sem justificativa plausível pela origem e sem decreto de permissão de uso, contrariando § 3º do artigo 99 da LOM/1990;
- Falta de interesse público no uso do bem e não observação do princípio constitucional da isonomia na alocação do imóvel;
- Materiais espalhados pela área externa do terreno, proporcionando o criadouro de mosquitos e outros animais peçonhentos que causam risco sanitário à população da região.

C.2.2.2.2.2. PRÉDIO DESTINADO À INCUBADORA INDUSTRIAL

- Estrutura precária do local destinado para incubadora industrial do município;
- Peças de maquinários pesados depositadas nas calçadas do entorno, impedindo a utilização do passeio público por pedestres;
- Utilização de salas do prédio para fins não industriais, desatendendo o inciso II do artigo 3º da Lei Municipal nº 2.208/1994, como armazenamento de equipamentos e moradia residencial;
- O único banheiro disponível para uso no local está desativado, não possui luz elétrica e está com severa infiltração;
- O prédio faz divisa com escola, mas sua estrutura precária proporciona infiltrações e facilita a invasão do prédio escolar;
- A maioria das ocupações está com o prazo de uso do local vencido, sem prorrogação;
- Não foram apresentados os decretos de permissão de uso dos ocupantes, exigência prevista no parágrafo 3º do artigo 99 da LOM/1990;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

- Constatação de mau aproveitamento do edifício público, a estrutura não proporciona condições dignas de utilização às empresas ocupantes e o órgão não possui a documentação de formalização da ocupação.

C.2.2.2.2.3. EDIFÍCIO INATIVADO
- Imóvel público, com importante localização, sem uso e sem acesso pela administração, descumprindo sua finalidade pública e a função social do imóvel.

C.2.3. DEMAIS DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE
- Despesas realizadas por meio de dispensas de licitação para aquisição de passagens aéreas no montante de R$ 6.582,88, sem justificativas nem especificação do local da viagem, evidenciando falta de transparência;
- Não há pareceres jurídicos sobre os procedimentos, conforme previsto no inciso VI do artigo 38 da Lei nº 8.666/1993;
- No processo nº 58/22, valor de R$ 3.699,58, a passagem não foi adjudicada pelo menor preço ofertado, não havendo justificativa motivando a escolha, em inobservância ao parágrafo único do inciso III do artigo 26 da Lei nº 8.666/1993;
- Não atendimento aos princípios da transparência, economicidade e seleção de proposta mais vantajosa para a administração contidos na Lei nº 8.666/1993.

D.1.3. DEMAIS APURAÇÕES SOBRE O FUNDEB
- A conta corrente única e específica vinculada ao Fundeb é de titularidade do órgão responsável pela Educação, porém a Secretária Municipal de Educação não consta como representante apta a autorizar a movimentação bancária dos recursos vinculados a esse fundo;
- Não houve implementação do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar compondo equipes multiprofissionais, nos termos da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.

D.1.4. DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE O ENSINO
- A rede municipal não oferece Educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica (Meta nº 6 do PNE – Lei nº 13.005/2014);
- O município não cumpriu o piso nacional do magistério público da Educação Básica para o exercício da função de "Educador de Emei", adotando orientação do TJSP nos autos do Processo nº 0013763-31.2014.8.26.0664, confirmada em sede de recurso, segundo o qual a categoria de Educadores Infantis não estaria enquadrada na condição de profissionais do magistério público, com direito ao piso salarial nacional;
- Ao final do exercício, a prefeitura possuía considerável volume de recursos financeiros do Salário Educação não aplicados no exercício, ressaltando que esta situação vem se repetindo nos últimos três anos.

E.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL
- Falta de divulgação da íntegra dos contratos celebrados pelo órgão;
- Não foram divulgados no site da prefeitura o monitoramento e a avaliação da política pública em Educação.

E.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP
- Foram constatadas divergências entre os dados informados pela origem e aqueles apurados no Sistema Audesp/IEG-M.

F.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS
- O município poderá não atingir parte das metas propostas pela Agenda 2030 entre países-membros da Organização das Nações Unidas – ONU, estabelecidas por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

F.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
- Desatendimento reincidente à Lei Orgânica e às Instruções deste Tribunal de Contas, diante da não adequação dos dados e informações encaminhados ao Sistema Audesp – Fase III, que não são aptos a refletir a situação real da Prefeitura Municipal de Jales;
- Demonstrada a falta de adoção de procedimentos aptos a atender parte das recomendações desta Corte, emitidas nos dois últimos exercícios apreciados.

Detalhamentos elaborados pela inspeção sobre a **gestão fiscal** indicaram a ocorrência de superávit da execução orçamentária no encerramento do exercício, em montante de R$ 803.410,10, equivalente a 0,40% das receitas arrecadadas. Porém, foi registrada crítica à autorização para abertura de créditos suplementares em 10% da despesa fixada, por se encontrar acima do indice inflacionário registrado no período.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Ao final do exercício, as modificações orçamentárias corresponderam a 59,75% do valor da dotação inicial, nesse montante 9,59% se deu por decreto, valendo-se da autorização concedida pela LOA.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R$ 202.244.247,60	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R$ 197.425.893,96	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R$ 3.300.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R$ 365.122,20	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	R$ 1.080.065,74	
(+ ou -) *AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO*		
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**R$ 803.410,10**	**0,40%**

O resultado financeiro no encerramento do exercício foi positivo em R$ 21,3 milhões, denotando a existência de liquidez frente aos compromissos de curto prazo. Paralelamente, foi registrado superávit econômico de R$ 35,6 milhões, incremento de 26,51% do Saldo Patrimonial e acréscimo de 13,47% do montante de dívida consolidada em razão do recebimento de novos mapas de precatórios e parcelamento de dívidas previendiárias.

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R$ 21.352.391,99	R$ 19.800.292,33	7,84%
Econômico	R$ 35.645.268,00	R$ 27.786.864,09	28,28%
Patrimonial	R$ 166.303.892,58	R$ 131.454.987,15	26,51%

A inspeção registrou o ateste pelo Tribunal de Justiça de São Paulo quanto à suficiência dos depósitos de **Precatórios** no exercício, sob o regime especial, sendo constatada também a adimplência aos requisitórios de baixa monta.

Quanto aos **encargos previdenciários** foram apresentadas as guias relativas ao INSS, FGTS e PASEP. Entretanto, no tocante ao Regime Próprio, administrado pelo Instituto Municipal de Previdência Social de Jales – IMPS, houve um **repasse insuficiente de recursos destinados ao custeio do Plano de Amortização do Déficit Atuarial previsto em lei**. Não foram quitadas as parcelas relativas aos meses de junho a novembro de 2022, que atingiram o montante de R$ 5.927.213,66, e se tornaram objeto de parcelamento, celebrado, ainda no exercício, em 28/12/2022, em valor atualizado de R$ 6.166.666,35, por meio do Acordo Cadprev n. 01083/2022.

A UR-11 salientou que a ação de parcelar a insuficiência de aporte para cobertura do déficit atuarial do Instituto de Previdência Municipal é situação

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

recorrente, sendo constatada nas contas de 2019, 2020 e 2021, sendo questão preponderante para emissão de parecer desfavorável na mais antiga (2019), posteriormente, revertida em pedido de reexame.

A instrução informou que o município possuia parcelamentos previdenciários somente com o RPPS, constatando que no exercício, a Prefeitura cumpriu o acordado.

Foi verificada a observância aos limites dos **subsídios dos Agentes Políticos, transferências ao Legislativo e Despesas de Pessoal**.

Sobre a matéria de recursos humanos, apontou a UR-11, divergências nos dados informados ao sistema Audesp – Fase III, pagamento de gratificações a servidores que não cumpriam os requisitos legais, alteração da jornada do cargo de agente de educação infantil, desvio de função e acúmulo de férias.

No âmbito da **educação e saúde** foram atendidos os limites constitucionais de aplicação, havendo falhas no campo operacional.

Subsidiou a análise o expediente TC-006508.989.22-5[3] (arquivado).

Procedeu-se à notificação do responsável pelas contas no DOE-TCESP de 31/07/2023 (evento 70, 72 e 73), o qual também foi notificado pessoalmente, por ocasião da inspeção local, para acompanhar a movimentação processual por meio de despachos e decisões publicadas na Imprensa Oficial (evento 67.2).

Na peça do evento 143.1, o Prefeito alegou que atendeu aos pontos cruciais que envolvem a análise das Contas Anuais, mencionando medidas regularizadoras e de apuração das impropriedades apontadas.

No tocante à manutenção da nota C+ ao IEG-M, requereu a revisão e elevação da nota, apontando a melhora do conceito em três dimensões, a permanência em outras três e a redução em uma, quando comparado com 2021.

Anunciou providências visando oferecer maior efetividade nas políticas públicas ofertadas à população.

[3] Informação da DEPRE/TJSP de insuficiência nos depósitos de precatórios referentes ao período de janeiro a dezembro de 2021, no valor de R$ 32.061,78, atualizado até 15/02/2022.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Pontuou que as alterações orçamentárias não comprometeram a gestão fiscal do município, realçando que os resultados foram melhores que os do ano anterior.

Relatou que o pagamento do aporte para suprir o déficit atuarial foi criado por lei, em exercícios anteriores e ao que tudo indica, sem avaliar a capacidade financeira do ente. Ponderou que está sendo realizada uma revisão da referida legislação, encontrando-se em fase de análise e estudos jurídicos visando a definição de um melhor caminho para as finanças do município.

Quanto ao acordo para quitação do aporte devido no exercício, ressaltou que a fiscalização constatou que o parcelamento foi devidamente autorizado por lei municipal, dentro do próprio exercício e que o município dispõe do Certificado de Regularidade Previdenciária.

Na seara dos recursos humanos esclareceu medidas visando regularizar as falhas em relação ao sistema Audesp, Fase III, ao desvio de função e às férias acumuladas, alegando a instauração de procedimento para verificar inconsistências no pagamento de gratificação relacionada a participação na equipe de visitação para redução de criadouros do Aedes Aegypti.

Concluiu requerendo a emissão de parecer favorável, juntando documentos e justificativas ofertadas pelas Secretarias de Educação e do Meio Ambiente (ev. 143.2 e 143.6).

Assessoria Técnica analisou a matéria de **cálculos** e validou os índices apurados pela fiscalização que indicaram cumprimento das destinações ao Ensino, Saúde e Fundeb, opinando pela emissão de parecer **favorável**, com recomendações para aprimoramento qualitativo das políticas educacionais e de saúde associados à composição do IEGM (evento 157.1).

Manifestação sobre os aspectos **econômicos** indicou como bons os resultados contábeis do exercício, propondo a **aprovação** das contas, porém com recomendações para que a Origem revise e saneie os desacertos apurados em cada índice setorial do IEG-M e se atente ao previsto na portaria nº 464/18 do Ministério da Fazenda (evento 157.2).

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Congênere **jurídica** (evento 157.3) e **Chefia de ATJ** (evento 157.4) acompanharam os posicionamentos pela emissão de parecer **favorável**, com recomendações.

Ministério Público de Contas elencou as desconformidades operacionais no âmbito do **IEG-M**, ressaltou o planejamento precário, o excesso de alterações orçamentárias, criticou a qualidade dos gastos no setor de educação e saúde, a demanda reprimida em creches, como razões para a emissão de parecer **desfavorável**, com recomendações (evento 95.1).

Destacou que contribui para a reprovação dos demonstrativos, a **ausência de repasse integral dos aportes** do plano de amortização anual para cobertura do déficit atuarial do Instituto de Previdência Municipal, a **gestão ineficiente da dívida ativa** e a **falta de efetividade do sistema de controle interno** municipal.

Propôs que se **oficie o Corpo de Bombeiros**, tendo em vista a falta de AVCB em unidades de saúde e ensino, bem como o **Ministério Público Estadual,** noticiando as omissões da Administração nas irregulares ocupações de imóveis públicos por particulares (eventp 162.1).

Registro a situação das últimas contas apreciadas nesta e. Corte:

Exercício	Processo	Parecer
2021	6845.989.20	Favorável com recomendações – Trânsito em julgado em 05/03/2024.
2020	2862.989.20	Favorável comm recomendações – Trânsito em julgado em 14/03/2023.
2019	4514.989.19	Favorável – Decisão alcançada em Pedido de Reexame (TC-021696.989.21-9). Trânsito em julgado em 27/07/2021.

É o relatório.

GCCCM/28

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

SEGUNDA CÂMARA **GCCCM**

SESSÃO DE 22/10/2027 **ITEM 082**

Processo: **TC-003891.989.22-0**

Interessada: **PREFEITURA MUNICIPAL DE JALES**

Responsável: **Luís Henrique dos Santos Moreira – Prefeito Municipal**

Período: **01/01 a 31/12/2022**

Assunto: **CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2022**

Advogados: Marcus Vinicius Ibanez Borges – OAB/SP nº 214.215 (ev. 13.1).

Aplicação total no ensino	26,23% (mínimo 25%)
Pessoal da Educação Básica – Novo FUNDEB	99,13% (mínimo 70%)
Total de despesas do Novo FUNDEB	100% no exercício
Investimento total na saúde	23,60% (mínimo 15%)
Transferências à Câmara	Em ordem
Despesa de Pessoal	45,17% (máximo 54%)
Encargos sociais	Recolhimento parcial ao RPPS. Acordo firmado no mesmo exercício. Relevado.
Subsídios dos Agentes Políticos	Em ordem
Precatórios e Obrigações Judiciais	Em ordem
Resultado da execução orçamentária	Superávit de R$ 803.410,10 (0,40%)
Resultado financeiro	Positivo em R$ 21.352.391,99

	2021	2022	Resultado
IEGM	**C+**	**C+**	
i-Planej	C	C	Investimento, Pessoal, Programas e Metas.
i-Fiscal	C+	B	Dívida Ativa, Dívida Fundada, Execução Orçamentária, Finanças, Gestão Fiscal, Precatórios, Transparência.
i-Educ	C+	B	Dados gerais educação, Avaliação Escolar, Conselho Municipal de Educação, Infraestrutura, Material Escolar, Merenda, Mínimo Constitucional, Plano Municipal de Educação, Professor, Transporte Escolar, Uniforme, Vagas.
i-Saúde	B	C+	Atenção Básica, Atendimento à População, Campanha, Conselho Municipal de Saúde, Equipe de Saúde da Família, Infraestrutura, Mínimo Constitucional, Profissionais da Saúde.
i-Amb	B	B	Contingenciamento, Infraestrutura, IQR, Plano Municipal de Saneamento Básico, Programa Ambiental, Resíduos Sólidos.
i-Cidade	C	C	Contingenciamento, Infraestrutura, Pessoal, Plano de Mobilidade Urbana, SIDEC (DEFESA CIVIL).
i-Gov-TI	C	B+	Diretrizes de TI, Pessoal, Sistema AUDESP, Transparência.

A- Altamente Efetiva / B+- Muito Efetiva / B – Efetiva / C+- Em fase de adequação / C- Baixo nível de adequação

Porte Médio
Região Administrativa de São José do Rio Preto
Quantidade de habitantes: 48.766[4]

[4]Dados do relatório Smart 2022.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. ATENDIMENTO DOS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. OCORRÊNCIAS NO IEGM. 2° ANO DO PRIMEIRO MANDATO. RELEVADAS COM RECOMENDAÇÕES. QUITAÇÃO PARCIAL DE APORTES DEVIDOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. PARCELAMENTO NO MESMO EXERCÍCIO. PRECEDENTES. ADVERTÊNCIA. PARECER FAVORÁVEL. COM RECOMENDAÇÃO. COM OFÍCIO AO CORPO DE BOMBEIROS E AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

I – A Administração de **Jales** demonstrou ter dado atendimento aos limites constitucionais e legais que orientam a análise das contas, durante o exercício de 2022, podendo-se remeter as desconformidades identificadas ao campo das recomendações, face aos precedentes existentes.

a) A aplicação de recursos na manutenção do **Ensino** Geral atingiu 26,23% das receitas e transferências de impostos, cumprindo-se os termos do artigo 212 da CF/88. Atestou a fiscalização, ainda, que a totalidade das verbas do Novo Fundeb foi aplicada no exercício, com a destinação de 99,13% do montante à remuneração dos profissionais da educação básica.

Cabe aqui, pontuar à Origem que implemente o serviço de psicologia e de serviço social na rede pública escolar, compondo equipes multiprofissionais, nos termos da Lei n. 13.935/19.

Necessário, ainda, no âmbito da Educação Básica, que o Município institua educação em tempo integral, de forma a atender a Meta 6 do PNE, bem como utilize os saldos de Salário-Educação pendentes (R$ 2.666.652,69), de maneira a aprimorar e desenvolver as políticas públicas na área educacional, melhorando os serviços prestados à população.

b) Também foi superado o mínimo de aplicação de recursos na **Saúde**, com investimentos de 23,60% da receita e transferências de impostos.

c) No âmbito da **gestão fiscal** foi observada ocorrência de superávit orçamentário no fechamento do exercício equivalente a 0,40% das receitas arrecadadas, causando incremento de 7,84% no resultado financeiro que atingiu o montante de R$ 21,3 milhões, indicando a liquidez frente aos compromissos de curto prazo.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

O Órgão apresentou superávit econômico de R$ 35,6 milhões e crescimento de 26,51% do Saldo Patrimonial. A dívida fundada, como proferido pela Fiscalização, tem se elevado constantemente nos últimos anos, registrando no exercício em exame o aumento de 13,47%, em decorrência do mapa de precatórios e de parcelamentos previdenciários, porém, ficou aquém do limite da resolução senatorial.

Tais resultados não dispensam uma maior atenção aos haveres inscritos em Dívida Ativa e o estabelecimento de estratégia para efetiva recuperação desses valores, conforme pretende o art. 11 da Lei Fiscal[5].

Paralelamente, as alterações orçamentárias atingiram o montante de 59,75% da despesa inicial fixada, sendo que 9,59% se referiram a créditos adicionais suplementares, abertos através de ato unilateral do Prefeito Municipal (Decreto), valendo-se de autorização genérica concedida pela Lei Orçamentária Anual.

Friso que a Lei Complementar nº 101/2000 elencou como pressuposto da gestão fiscal responsável a atuação **planejada e transparente** por parte dos que administram a coisa pública (§ 1º do art. 1º), de forma que modificações elevadas possuem força para desarticular as prioridades que emergem do consenso entre os poderes Executivo e Legislativo, destoando das boas práticas preconizadas por esta Casa no sentido de que tais ajustes circundem a previsão inflacionária do período[6].

Anoto que embora o volume das alterações orçamentárias não tenha causado desajuste fiscal, a ocorrência vem se reiterando, devendo a Municipalidade ser advertida para que efetive o correto planejamento orçamentário, reduzindo as modificações orçamentárias, conforme disposto nos Comunicados SDG n. 29/10 e n. 18/15.

[5] Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
[6] Assim leciona a cartilha "Gestão Financeira de Prefeituras e Câmaras Municipais (2021, p. 26)
2.1.1. A boa técnica e a moderada margem para créditos suplementares
No último ano de mandato, assim como nos demais, recomenda-se a utilização de percentual moderado de alteração orçamentária, sendo esta a prévia e genérica autorização, na lei de orçamento, para abertura, por Decreto, de créditos suplementares (art. 165, § 8º, da CF).
Tal comedimento prende-se ao fato de a realidade mostrar elevadas margens orçamentárias, superiores, às vezes, a 70% do orçamento total; isso, enquanto a inflação não supera a casa dos 10%. Eis um "cheque em branco" para o Executivo, a desestimular, e muito, a produção de bons orçamentos.
Sob aquele excesso, poderia o Prefeito assim pensar: se posso modificar como quero o orçamento, por que então elaborar, de pronto, um eficiente projeto, sujeito a emendas e alterações por parte dos Vereadores, inviabilizando minhas futuras decisões de novas obras e serviços?
Em nível elevado, aquela prévia concessão descaracteriza a função do Legislativo, abrindo portas para o déficit orçamentário e, dele decorrente, o aumento da dívida pública.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

d) Enquadrado no Regime Especial, o TJ/SP atestou a suficiência dos depósitos para quitação de **Precatórios**. A Fiscalização também verificou o pagamento dos Requisitórios de Baixa Monta vencidos no exercício.

A instrução constatou a regularidade dos registros contábeis, bem como verificou que se os recolhimentos continuarem nesse ritmo, as dívidas estarão liquidadas até 2029.

e) A fiscalização atestou o recolhimento formal dos **Encargos** Sociais, inclusive com relação às obrigações em regime de parcelamento junto ao RPPS da localidade, administrado pelo Instituto Municipal de Previdência Social de Jales - IMPSJ.

Contudo, conforme apontado pela Fiscalização, a Prefeitura deveria ter repassado o valor de R$ 12.657.481,57 no exercício em exame de **aporte atuarial**. Entretanto, o valor total transferido em 2022 foi de R$ 7.100.155,64, dos quais R$ 6.730.267,91 representam os aportes para se fazer frente ao déficit atuarial e R$ 369.887,73 correspondem a multas, juros e atualizações monetárias, em razão de os pagamentos terem sido realizados de forma extemporânea.

Ressalte-se que os **valores não pagos do aporte atuarial**, referentes às competências de 06/2022 a 11/2022, na ordem de R$ 5.927.213,66, que atualizados atingiram R$ 6.166.666,35, foram objeto de parcelamento em 48 prestações mensais, autorizado pela Lei Municipal nº 5.498, de 21 de dezembro de 2022.

Anoto que a ocorrência não é nova no Município, sendo constatada nas contas de 2020 e 2021[7], que receberam parecer favorável, como também em 2019[8], ocasião em que na condição de relatora do Pedido de Reexame (TC-021696.989.21-9) fui voto vencido, tendo prevalecido o voto revisor proferido pelo Conselheiro Renato Martins Costa, que assim aduziu:

> Na situação dos autos, considerando a condição financeira do Município, bem como o fato de o parcelamento ter sido firmado dentro do exercício, tenho que a falha possa ser excepcionalmente relevada.

[7] 2020 – TC-002862.989.20; 2021 – TC-006845.989.20.
[8] 2019 – TC-004514.989.19.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

> Apenas a título argumentativo, caso a Municipalidade tivesse transferido integralmente o aporte atuarial ao RPPS dentro do exercício, o déficit financeiro totalizaria R$ 2.062.539,56, representando 5,41 dias de arrecadação, abaixo, portanto, do patamar usualmente aceito por esta E. Corte. (TCESP – TC-021696.989.21 – Pedido de Reexame – Voto Revisor – Conselheiro Renato Martins Costa – DOE:27/04/2023 – Trânsito em Julgado: 05/05/2023).

Observo que no exercício em apreço, ambas as condições foram cumpridas, parcelamento realizado dentro do exercício e a situação financeira da Municipalidade se mostra melhor, registrando resultado financeiro positivo de R$ 21.352.391,99, que descontando a quantia faltante do aporte atuarial devida no exercício, R$ 5.927.213,66, ainda haveria um saldo positivo de R$ 15.425.178,33.

Cabe ressaltar que houve o ajuste das alíquotas patronal e do servidor de modo a atender a EC 103/19, bem como a instituição de previdência complementar, contudo, foi enfatizado pela Fiscalização, nos relatórios do Instituto de Previdência de Jales de 2020 a 2022 (TC-004438.989.20, TC-002926.989.21 e TC-002321.989.22), que o plano de equacionamento do déficit atuarial do regime não está compatível com a capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo.

Nessa conformidade, por segurança jurídica e com base nos julgamentos precedentes da municipalidade, remeto a matéria ao campo das ressalvas, advertindo à Origem para que finalize à elaboração de estudos técnicos de avaliação de viabilidade financeira, orçamentária e fiscal, anunciado na oportunidade da defesa, e implemente as ações necessárias para suportar o plano de custeio proposto na avaliação atuarial e a não comprometer a adequada manutenção da entidade previdenciária, evitando novos parcelamentos e atentando-se, como destacado por ATJ, aos termos da Portaria n. 464/18 do Ministério da Fazenda.

f) **A transferência financeira à Câmara Municipal** observou a limitação disposta no artigo 29-A da Carta da República.

g) Foram respeitados os limites e condições estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive em relação à **Despesa de Pessoal**, que se fixou em 45,17% da RCL no 3º quadrimestre, com aderência ao que estabelece a alínea *b* do inciso III do art. 20 da LRF.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Ainda no âmbito dos recursos humanos, deve a Origem fornecer informações fidedignas ao Sistema Audesp – Fase III, quanto à composição de seu quadro de pessoal.

A Lei Municipal n. 1.925/91 prevê o pagamento de gratificação destinado aos integrantes da equipe de visitação para redução de criadouros de *Aedes Aegypti.* Contudo, foi constatado pela Fiscalização, que houve o pagamento da referida gratificação a 14 servidores não integrantes da mencionada equipe e, por outro lado, há nove servidores, participantes da referida equipe, que não receberam tal benefício no exercício.

A defesa informa que "*foi instaurado um procedimento sob responsabilidade da Controladoria do Município, para levantamento e apuração de eventuais irregularidades nos pagamentos ou possível falha na formalização de documentos que deveriam atualizar os dados da equipe de visitação para redução de criadouros do mosquito da Dengue, uma vez que em razão da pandemia do Coronavírus algumas substituições acabaram sendo necessárias, situação que pode ter causado falha de aspecto formal na documentação.*"

Nestes termos, acompanho ATJ, sob o aspecto jurídico, e determino que a Fiscalização acompanhe o deslinde da matéria.

Ademais, necessário que a Municipalidade revise a lei concessora da referida gratificação, que prevê convênio com a Sucen, haja vista a extinção da referida entidade, por meio do Decreto Estadual n. 66.664/2022.

Quanto à questão da jornada do cargo de agente de educação infantil[9], alterada pela Lei Complementar n. 334, de 09/12/2020, estabelecendo quatro horas de HTC (horário de trabalho coletivo) e seis horas para livre escolha do servidor, a matéria está em análise por meio da Notícia de Fato/ Representação junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo, sob o nº 43.0311.0000956/2022-0 (Processo SEI nº 29.0010220213.2022-54), a Fiscalização deverá acompanhar o deslinde da matéria.

[9] Sobre a matéria está em a andamento Notícia de Fato/ Representação junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo, sob o nº 43.0311.0000956/2022-0 (Processo SEI nº 29.0010220213.2022-54).

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Ainda, nessa seara, cabe ao Município cessar os casos de desvio de função e regularizar os períodos de férias acumuladas.

h) Os **Subsídios dos Agentes Políticos**, em consonância com o disposto pela Fiscalização, não sofreram a incidência de RGA no exercício, encontrando-se em ordem.

II – Avalio, na sequência, aspectos operacionais sobre os atos praticados pela Administração, com foco nas análises processadas pelo IEG-M, metodologia implantada por esta Corte que busca transcender a aferição de legalidade estrita e ponderar aspectos dos resultados concretos obtidos na condução da execução orçamentária e financeira.

No que diz respeito à qualidade dos gastos, considerando as informações prestadas a esta e. Corte para a formulação do **IEG-M – Índice de Eficiência da Gestão Municipal**, destaca-se que o Município se manteve estagnado no **índice C+**, refletindo inadequações na efetiva entrega de serviços almejados pela população.

INDICADOR TEMÁTICO	2019	2020	2021	2022
IEG-M:	B ↑	B ↓	C+ ↓	C+ ↓
i-PLANEJAMENTO:	C+ ↑	C ↓	C ↓	C ↓
i-FISCAL:	B ↓	C+ ↓	C+ ↓	B ↑
i-EDUC:	C+ ↑	C+ ↓	C+ ↑	B ↑
i-SAÚDE:	B ↑	B	B ↓	C+ ↓
i-AMB:	B ↑	B+ ↑	B ↓	B ↑
i-CIDADE:	C ↓	B ↑	C ↓	C ↑
i-GOV TI:	B ↑	C ↓	C ↑	B+ ↑

Tal indicador traduz as dificuldades do Município em avançar nos vetores *i-Planejamento* e *i-Cidade,* mantidos no estrato **C**, bem como a queda em relação ao ano anterior, no *i-Saúde (B para **C+**).* Conquanto tenha havido uma melhora no *i-Fiscal*

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

*e i-Educ (C+ para **B**),* bem como no *i-Gov-TI (C para **B+**)* esses aspectos também merecem adequações.

Sob perspectiva do **Planejamento**, destacam-se os achados sobre falta de mecanismos que permitam o monitoramento da execução das demandas originárias da participação popular, ausência de articulação de um conjunto de ações que concorram para um objetivo comum preestabelecido, impedindo a aferição da eficiência do diagnóstico e da adequação finalística dos programas previstos no PPA do município, adoção de programas genéricos, sem clara vinculação com um problema social ou situação a ser corrigida, falta de sinergia entre os Planos Setoriais e o Programa de Governo, necessidade de aprimoramento dos programas, ações, metas e indicadores do Plano Plurianual (PPA), inclusive quanto ao estabelecimento de metas físicas, lacunas que, associadas ao escopo restrito das atividades do Controle Interno, a falta de implementação de sua nova estrutura e de local adequado para o desempenho de suas funções, comprometem aquele objetivo de garantir *instituições eficazes, responsáveis e transparentes* e de garantir *a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis*, objetivo das ODSs 16.6 e 16.7.

As ocorrências citadas no ***i-Cidade*** merecem atenção especial por parte do Executivo visando o saneamento, haja vista que revelaram falta de regulamentação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, ausência de ações direcionadas a estimular a participação de entidades privadas, não divulgação da existência ou localização de áreas de risco, inexistência de um canal de atendimento de emergências disponível à população para o registro de ocorrências de desastres, ausência de elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, existência de calçamento público sem acessibilidade, não cumprimento de parcela das metas de qualidade do transporte público agravada pela falta de pesquisa de satisfação dos usuários durante o exercício examinado e a existência de vias públicas sem manutenção e sinalização (vertical e horizontal) adequadas, de forma a alcançar as metas traçadas pela ONU de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1.5, 11.2, 11.5, 11.7, 11.b, 17 e 17.14[10].

[10] **1.5** Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Necessário salientar que é preocupante a queda na dimensão do ***i-Saúde***, que foi objeto de destinação *per capita* de R$ 1.075,33, acréscimo de 32,78% no ano (2021 = R$ 809,86) , porém, ainda, se encontrando abaixo da média dos demais municípios (R$ 1.311,65), exortando-se o responsável a promover treinamento específico aos membros do Conselho Municipal de Saúde e a exigir o cumprimento de suas atribuições legais previstas, cumprir as metas do Plano Municipal de Saúde, buscar atender as metas fixadas pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI), adequar a composição das equipes de Estratégia de Saúde da Família, que, no exercício, encontravam-se desfalcadas, de modo a dar cobertura a todas as microáreas e regularizar as ocorrências verificadas quando das visitas operacionais nas Unidades de Estratégia da Saúde da Família, bem como obter o AVCB dos estabelecimentos de saúde, garantindo *cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos*, conforme tenciona a ODS 3.8.

No âmbito do ***i-Educ***, apurou-se que as políticas educacionais receberam investimento de R$ 13.090,45 para cada um dos 3.942 estudantes da rede, incremento de 22,25% no comparativo com o ano anterior (2021 = R$ 10.707,58), porém, abaixo da média dos Municípios jurisdicionados (R$ 15.574,16), devendo a fiscalizada perseguir a concretização das metas do Plano Nacional de Educação e da Agenda de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU[11] e, especialmente, elaborar um

11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos;
11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade;
11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência;
11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis;
Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável;
17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.

[11] ODS 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.
ODS 4.1 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.
ODS **4.2** Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário
ODS **4.6** Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.
ODS **4.a** Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

programa de inibição ao absenteísmo de professores, adequar a frota escolar, prever recursos orçamentários ao funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, buscar equacionar a discrepância no desempenho das escolar municipais e oferecer recursos tecnológicos suficientes.

Deve, ainda, buscar atingir as metas propostas pelo IDEB, realizar a busca ativa pontual, garantindo a frequência regular dos alunos, melhorar a formação dos professores, implantar escolas em tempo integral nos anos iniciais, envidar esforços para implantar um sistema próprio de avaliação do município, adequar o número de alunos por turma e obter o AVCB das unidades de ensino.

Ademais, necessário que o Município atenda a demanda por vagas (123) na educação infantil, melhore os sistemas de segurança e acessibilidade nas escolas municipais, bem como promova reparos na estrutura, manutenção de equipamentos e jardinagem e relativamente ao Plano Municipal de Educação, estabeleça um cronograma com metas temporais.

A Fiscalização Ordenada sobre a temática creches, veio ratificar a necessidade de reparos e adequações na estrutura e a falta de AVCB, situações que juntamente com os demais apontamentos, demandam adequação.

No campo das **políticas ambientais**, objeto das metas de Desenvolvimento Sustentável 11.6, 12.4 e 12.8,[12] deve a gestão providenciar a atualização dos Planos Municipais ou Regionais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, ampliar a coleta seletiva e aprimorar a triagem, fiscalizar o acondicionamento e a destinação/disposição final no gerenciamento dos Resíduos Sólidos da Construção Civil, providenciar a aplicação de camadas intermediárias e finais na cobertura de solo do aterro, melhorar a vias de acesso ao

ODS 4.c - Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

[12] 11.6 - Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo 'per capita' das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.

12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente

12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza

ODS 13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais

ODS 13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

aterro e promover um controle eficaz de entrada, assim como, impedir a coleta de resíduos por catadores, dentro do aterro.

Nessa seara, foram constatadas, ainda, deficiências no gerenciamento de rejeitos, a necessidade de adoção de ações para o uso racional de recursos naturais, especialmente direcionadas ao reuso de materiais e à compostagem, situações que quando da Fiscalização Ordenada sobre resíduos sólidos foram confirmadas e algumas se mostraram agravadas, devendo a Municipalidade promover as regularizações.

O Município deve, também, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato[13] de concessão n. 01/2018 com a empresa J C Ambiental Construtora Jales Ltda. e do contrato de prestação de serviços n. 164, que visa a operação e manutenção do aterro sanitário.

Necessário salientar que na dimensão do ***i-Fiscal*** deve haver a disponibilização de programas de treinamentos específicos aos fiscais tributários e fiscalização destinada a detectar contribuintes que deixaram de emitir a nota fiscal de serviços por determinado período ou que apresentaram queda acentuada em suas operações. Cabe, ainda, promover melhor controle e recuperação da dívida ativa.

Já no âmbito do ***i-Gov-TI,*** deve a Municipalidade disponibilizar digitalmente os serviços de pesquisa de satisfação em relação aos serviços prestados pela prefeitura e os agendamentos de consultas e exames, em relação a doenças crônicas, elaborar um Plano de Continuidade de Serviços de Tecnologia da Informação, implantar uma política de cópia de segurança (backup), promover um inventário atualizado dos ativos de Tecnologia da Informação (TI) e prever a instalação de softwares de gestão de processos para precatórios, gestão de negócios, saúde, ensino e saneamento.

Assim, embora pertinentes as preocupações do d. MPC com as deficiências identificadas, entendo que se possa, no caso vertente, 2º ano do primeiro mandato do atual prefeito, baseada em várias decisões proferidas por esta Corte, remeter as falhas ao campo das recomendações para que sejam sanadas.

[13] Objeto: gestão e operação da área de transferência e triagem, além do processamento, transbordo, transporte e destinação final dos rejeitos e resíduos da construção civil e gerenciamento dos resíduos lenhosos decorrentes da poda de árvores.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

Os demais achados que constaram da instrução, embora não impliquem em gravame para as contas, deverão ser objeto de providências corretivas pela Prefeitura, o que será oportunamente verificado pelas equipes de fiscalização desta Corte.

Ante o exposto, acompanho as conclusões de ATJ e sua Chefia e voto pela emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de **JALES, exercício de 2022**, excetuando aqueles atos, porventura, pendentes de julgamento neste e. Tribunal.

Determino, à margem do parecer, a expedição de ofício ao Executivo Municipal, com **recomendações** para que:

- Saneie as falhas apontadas nas fiscalizações ordenadas e operacionais;

- Aperfeiçoe a atuação do controle interno;

- Melhore o desempenho global da gestão e aprimore as técnicas de Planejamento Governamental;

- Milite pelo aprimoramento operacional das diversas dimensões do IEG-M, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

- Modere as alterações orçamentárias ao índice inflacionário do período, revendo o limite de autorizações concedidos pela LOA.

- Engaje-se na recuperação dos créditos inscritos em Dívida Ativa e mantenha controle eficaz sobre tais créditos;

- Contabilize e manuseie corretamente os recursos recebidos a título de emendas parlamentares individuais;

- Evite os reiterados parcelamentos de aporte atuarial, de modo a conter o montante da dívida de longo prazo e não afetar as gestões futuras quanto a investimentos e implementação de políticas públicas;

- Adeque a avaliação atuarial à capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo;

- Regularize as inconsistências identificadas no quadro de pessoal junto ao Sistema Audesp – Fase III;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

- Finalize o procedimento instaurado para apuração dos pagamentos de gratificação à equipe de visitação para redução dos criadouros de Aedes Aegypti, tomando as providências para regularização, inclusive sobre a necessidade de devolução ao erário público;

- Cesse os casos de servidores em desvio de função;

- Regularize a concessão de períodos de férias, evitando acúmulo de períodos;

- Contabilize todas as contas bancárias existentes;

- Aprimore o controle e a manutenção dos veículos da frota municipal, promovendo a correta destinação daqueles que se encontrem inservíveis;

- Adote medidas visando a adequada utilização dos bens imóveis municipais, assegurando o cumprimento de sua finalidade pública;

- Assegure que a conta única específica e vinculada ao Fundeb seja não só de titularidade, mas, de fato, controlada pela Secretaria Municipal de Educação;

- Implemente o serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar compondo equipes multiprofissionais;

- Utilize o saldo do salário-educação de forma a aprimorar as políticas públicas na área educacional;

- Amplie o fornecimento de educação em tempo integral;

- Garanta a fidedignidade e integralidade das informações encaminhadas ao Sistema AUDESP, bem como às respostas dadas ao questionário do IEG-M;

- Dê atendimento a Lei de Acesso à Informação e a Lei da Transparência;

- Cumpra com as instruções, requisições e recomendações desta Casa.

Determino a **expedição de ofício** ao Corpo de Bombeiros, com cópias de relatório e voto, para conhecimento sobre a falta de AVCB em prédios públicos.

Nos termos propostos pelo MPC, **oficie ao Ministério Público Estadual,** noticiando acerca das ocupações de imóveis públicos por particulares, tratada nos itens C.2.2.2.2.1 e C.2.2.2.2.2 do relatório de instrução de encerramento do exercício (fls. 189 a 192).

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

A fiscalização acompanhará o cumprimento das providências anunciadas na oportunidade da defesa, bem como das recomendações e determinações aqui expedidas em suas próximas inspeções.

Transitada em julgado a decisão, cumpridas todas as providências e determinações cabíveis e verificada a inexistência de novos documentos, **arquivem-se os autos**.

GCCCM/28

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

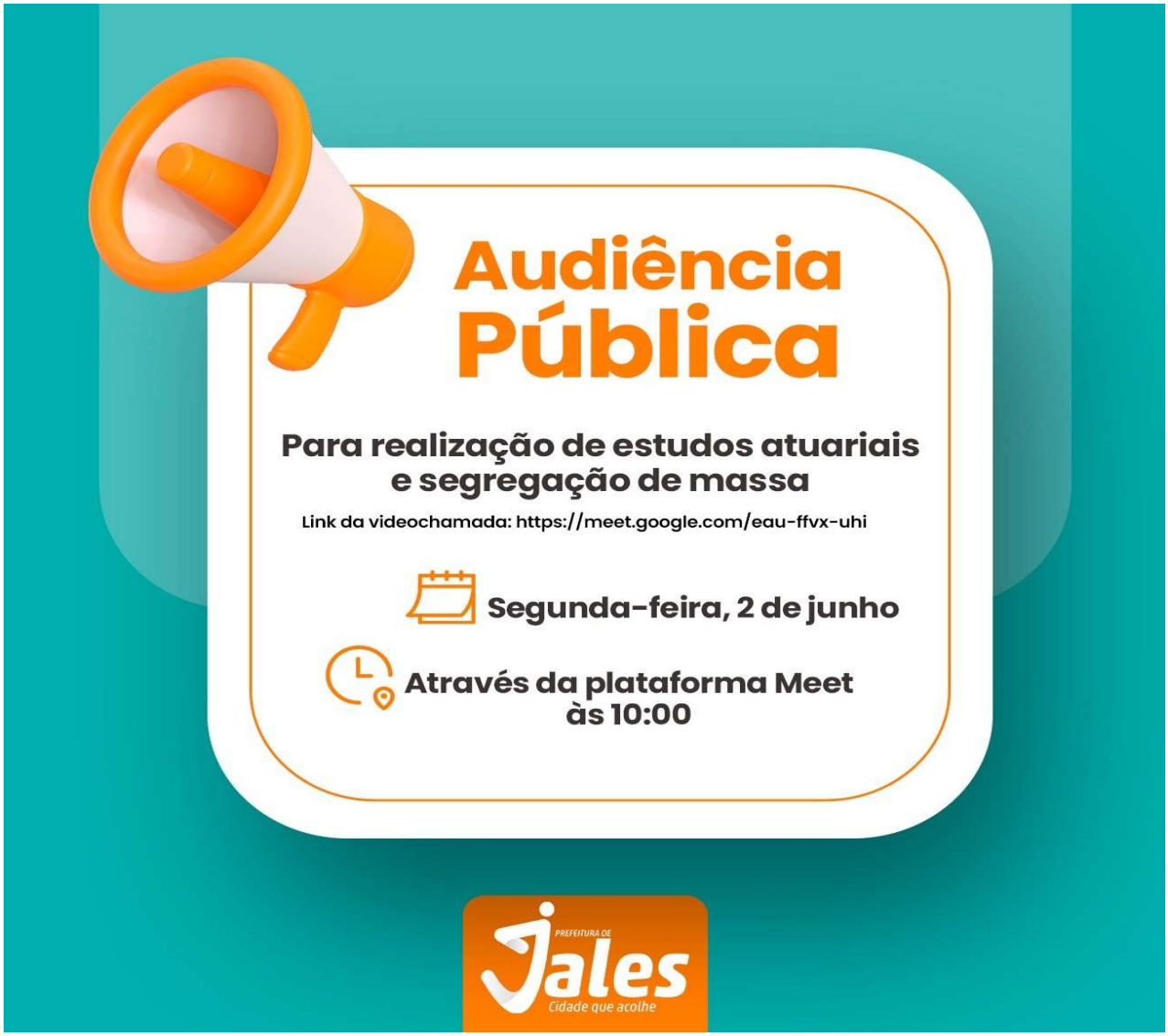
DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE JALES

Conforme Lei Municipal nº 4.663, de 12 de julho de 2017

Outros Atos

Audiência Publica



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

1- AÇÃO GOVERNAMENTAL

Aumento de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado derivada de Lei ou Ato Administrativo Normativo, conforme Art.17 § 1º da LC 101/2000.

2- DESCRIÇÃO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro referente a criação do cargo de Superintendente do IMPSJ.

3- PROGRAMAÇÃO DE PAGAMENTO

	VALOR R$		
	2025	**2026**	**2027**
VR. DESTE IMPACTO	116.020,31	208.836,56	219.278,38
VR. TOTAL	**116.020,31**	**208.836,56**	**219.278,38**

4- FONTE DE RECURSO

01 – Tesouro

5- IMPACTO ORÇAMENTÁRIO

Dotação Necessária P/ 2025	**127.333.078**
Dotação Inicial	115.896.222
Diferença	(11.436.856)

6- IMPACTO NO ÍNDICE LEGAL

	PERCENTUAL %		
	2025	**2026**	**2027**
TOTAL	**50,80**	**52,37**	**52,78**

7- COMPENSAÇÃO DE EFEITOS FINANCEIROS NA CRIAÇÃO OU AUMENTO DE DESPESA

Informo, em atenção ao art. 16, da LC 101/2000 que a despesa a ser aumentada é adequada com a Lei Orçamentária Anual, compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que existe previsão na LOA 2024, que a mesma será consignada na LOA dos exercícios seguintes de acordo com o item "3-Programação de Pagamento" e que há disponibilidade financeira sendo que, a diferença do item "IMPACTO ORÇAMENTÁRIO" será coberta durante o exercício de 2025 conforme for apurada a necessidade de contenção de outras despesas ou até mesmo por possível excesso de arrecadação a ser verificado.

Data: 02/06/2025

_____
Luis Henrique dos Santos Moreira

8- DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Declaro, para os fins dispostos no inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 – LRF, que o aumento da despesa tem adequação orçamentária e financeira coma a Lei Orçamentária Anual – LOA, e é compatível com o Plano Plurianual – PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Data: 02/06/2025

_____
Luis Henrique dos Santos Moreira

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW

DESPACHO DA SECRETARIA LEGISLATIVA
Este documento tramitou em conformidade com as diretrizes regimentais.

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Jales. Para verificar as assinaturas, clique no link: https://jales.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=WF0016VK97W0EGCW , ou vá até o site https://jales.siscam.com.br/documentos/autenticar e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: WF00-16VK-97W0-EGCW

Luis Henrique dos Santos Moreira:
284644738-18
Prefeito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Lei Complementar Nº 5/2025 - PROTOCOLO: - - - WF00-16VK-97W0-EGCW